

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Programa de Integridade	6
5.5 - Alterações significativas	11
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	12

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	14
10.2 - Resultado operacional e financeiro	56
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	59
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	60
10.5 - Políticas contábeis críticas	65
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	68
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	69
10.8 - Plano de Negócios	70
10.9 - Outros fatores com influência relevante	73

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 – Políticas de gerenciamento dos riscos indicados no item 4.1 e controles internos

(a) razões pelas quais o emissor não adotou uma política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia não possui uma política formal específica de gerenciamento de riscos. No entanto, a Companhia adota determinadas práticas para o gerenciamento de riscos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia entende que, atualmente, referidas práticas são adequadas para a gestão dos riscos aos quais a Companhia está exposta, não tendo se mostrado crítica, até o momento, a necessidade de formalização de política. Em que pese a Companhia não ser obrigada a possuir referida política formalizada, a Companhia avalia continuamente a necessidade de elaboração de uma política formal de gerenciamento de riscos, já tendo contratado consultoria especializada a este respeito, sendo que os estudos realizados estão atualmente sob discussão.

A Companhia constantemente monitora mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance, incluindo índices de liquidez, estrutura de custos, rentabilidade dos ativos e condições macro e microeconômicas dos mercados onde opera.

O Conselho de Administração aprova, anualmente, o orçamento do exercício subsequente, considerando, entre outros fatores, para fins da alocação de recursos, os riscos aos quais a Companhia está exposta e a efetividade esperada quando da elaboração do orçamento anterior contra o resultado efetivamente verificado. A execução do orçamento é acompanhada ao longo do ano e, se necessário, revisado.

Os conselheiros e diretores não-estatutários da Companhia possuem experiência nas jurisdições em que a Companhia opera. Além disso, o Conselho de Administração, por meio de suas práticas de governança corporativa, recebe regularmente atualizações gerenciais e técnicas e relatórios de progresso relativos às subsidiárias da Companhia e, dessa forma, mantém a supervisão de seus negócios e operações.

Adicionalmente, os diretores não-estatutários visitam regularmente as operações da Companhia em jurisdições estrangeiras, a fim de garantir o controle e o gerenciamento eficazes das suas operações no exterior. Essas visitas frequentes, possibilitam que tais diretores mantenham contato próximo a funcionários locais, funcionários do governo, empresários e comunidade em geral; essas interações aprimoram o conhecimento de tais diretores sobre a cultura local e os mantém atualizados sobre as práticas de negócios. Tais conhecimentos são regularmente compartilhados com o Conselho de Administração da Companhia.

Adicionalmente, diversos outros executivos seniores e não seniores visitam as operações da Companhia frequentemente.

A performance de operação de cada país é revisada semanalmente para seus principais indicadores de desempenho (KPI's) operacionais e de segurança, e mensalmente há reuniões em que são discutidos em maior detalhe o financeiro e o fluxo de caixa de cada unidade de negócio, com a participação dos Gerentes Gerais de cada unidade de negócio, o *Chief Executive Officer* (CEO), o *Chief Operating Officer* (COO) e o *Chief Financial Officer* (CFO). Além disso, o time financeiro de cada unidade de negócio revisa regularmente a posição financeira atual e projetada de cada operação em conjunto com o *Chief Financial Officer* (CFO).

Por fim, a Companhia possui diversos fóruns e comitês internos regulares que, em sua opinião, reduzem os riscos aos quais está exposta:

- Comitê de Exploração (reuniões mensais);
- Comitê de Ética (reuniões mensais ou quando necessário);

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Reuniões do Comitê de Segurança (reuniões mensais); e
- Reuniões de PMO de iniciativas estratégicas para todas as unidades de negócios (reuniões mensais ou semanais dependendo do tema).

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

Na data deste Formulário de Referência, não há política formalizada de gerenciamento de riscos. Para as práticas adotadas pela Companhia, vide item (a) acima.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Na data deste Formulário de Referência, não há política formalizada de gerenciamento de riscos. Para as práticas adotadas pela Companhia, vide item (a) acima.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 – Políticas de gerenciamento dos riscos de mercado indicados no item 4.2

- a. se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação

A Companhia não possui uma política formal específica de gerenciamento de riscos de mercado. No entanto, a Companhia adota determinadas práticas para o gerenciamento de riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta. A Companhia entende que, por englobar os riscos acima mencionados, as práticas adotadas oferecem ferramentas adequadas para o gerenciamento dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta, não tendo se mostrado crítica, até o momento, a necessidade de formalização de política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Em que pese a Companhia não ser obrigada a possuir referida política formalizada, a Companhia deverá adotar uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado no futuro.

Para maiores informações sobre as práticas adotadas, vide item 5.6, abaixo.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

- i. riscos de mercado para os quais se busca proteção
- ii. estratégias de proteção patrimonial (*hedge*)
- iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)
parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos
- iv. se a Companhia opera instrumentos financeiros objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos
- v. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Conforme descrito no item (a) acima, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

- c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Conforme descrito no item (a) acima, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 – Práticas de controle adotadas para a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis

a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Esta seção 5.3 deve ser lida em conjunto com as Seções 5.1 e 5.2 acima.

A Companhia possui procedimentos formais para elaboração e revisão das Demonstrações Financeiras de modo a melhor assegurar a integridade e a transparência das informações.

O sistema de controles internos e as práticas estabelecidas pela Companhia são avaliadas e monitoradas periodicamente pela Companhia e por consultores externos. Nos exercícios encerrados em 2018, 2019 e 2020, o Auditor Independente da Companhia realizou procedimentos limitados, previamente acordados com a Companhia, sobre determinados controles internos.

Cabe ao Comitê de Auditoria auxiliar o Conselho de Administração na sua atribuição de fiscalização da qualidade e da consistência das demonstrações financeiras da Companhia, inclusive reportando-se periodicamente ao Conselho de Administração com relação à adequação dos sistemas de controles internos da Companhia sobre relatórios financeiros.

A Companhia também mantém controle interno sobre os relatórios financeiros referentes às suas operações nas jurisdições em que opera. A maioria dos diretores da Companhia possui proficiência em inglês, espanhol e português, entendimento cultural local e experiência de trabalho relevante nas diferentes jurisdições operacionais da Companhia, o que facilita uma melhor compreensão sobre relatórios financeiros e consequentemente melhor supervisão das operações da Companhia nas jurisdições estrangeiras no contexto de controles internos.

b. Estruturas organizacionais envolvidas

As estruturas organizacionais da Companhia envolvidas no gerenciamento de controles internos são:

- **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração da Companhia atualmente é composto por 7 membros, elegíveis por meio da reunião anual dos sócios ou reunião extraordinária para este fim, devendo ser especificado na convocação de referida reunião. Os Conselheiros são os responsáveis por gerenciar e supervisionar todos os assuntos e negócios da Companhia, fazendo zelar pelas disposições do Estatuto da Companhia e tendo todos os poderes para tal;
- **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria da Companhia é subordinado ao Conselho de Administração e os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos ou reeleitos pela reunião do Conselho de Administração que seguir à assembleia geral anual da Companhia, para um mandato de, ao menos, três anos. O Comitê de Auditoria é composto por, pelo menos, três conselheiros, os quais devem ser independentes e possuir conhecimentos financeiros (*financially literate*), conforme determina a norma intitulada *National Instrument 52-110* da comissão de valores mobiliários de Ontario (*Ontario Securities Commission*), aplicável à Companhia. O Comitê de Auditoria é responsável, entre outras atividades, por monitorar os sistemas e procedimentos para elaboração de relatórios financeiros e os controles internos da Companhia, rever determinados documentos a serem divulgados ao público e monitorar o desempenho e a independência dos auditores externos da Companhia;
- **Diretores:** Os diretores da Companhia são nomeados pelo Conselho de Administração, que determina as responsabilidades dos diretores (que podem ser revistas a qualquer tempo). Os diretores, principalmente o *Chief Operating Officer – COO* e o *Chief Financial Officer – CFO*.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

CFO, são responsáveis por direcionar e acompanhar, respectivamente, os trabalhos das Gerências Gerais e da Controladoria;

- **Gerências Gerais:** Os gerentes gerais possuem como atribuição liderar e supervisionar todos os assuntos de cada uma das unidades de negócio, incluindo, mas não se limitando, os controles internos e reportes das áreas de Controladoria das unidades de negócio para a Controladoria Corporativa;
 - **Controladoria:** A Controladoria Corporativa reporta-se ao *Chief Financial Officer – CFO* e é uma área que engloba várias atividades, tais como, contábil, fiscal e financeira/tesouraria. É, ainda, responsável por garantir os procedimentos e controles internos de tais áreas ou de áreas que impactam estas atividades; e
 - **Contabilidade:** Por contabilidade entende-se o registro de todas as movimentações contábeis de cada unidade de negócio, conciliação de contas contábeis, elaboração das demonstrações financeiras, controle do ativo fixo, amortização/exaustão das Minas e, também, atendimento à Auditoria Externa. A contabilidade é parte da Controladoria da Companhia.
- c. **Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A Companhia conta com áreas de Planejamento e Controle de Produção (PCP) e de Controladoria em cada uma das suas unidades de negócio que são responsáveis por revisar e verificar mensalmente a consistência dos indicadores operacionais e dos registros efetuados na contabilidade respectivamente, bem como calcular indicadores operacionais e financeiros, analisar todas as peças contábeis (DRE, balanço patrimonial e fluxo de caixa), conciliar números, reportar eventuais inconsistências e comunicar as informações para suportar a alta administração da Companhia nas tomadas de decisão. As controladorias locais devem reportar resultados para a Controladoria Corporativa, que supervisiona a consistência dos lançamentos financeiros. A Controladoria Corporativa está sob supervisão do CFO da Companhia.

Os lançamentos e registros contábeis são a base para elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

d. **Deficiências e recomendações sobre os controles internos apontadas pelo Auditor Independente**

Não houve deficiências significativas nos controles internos relatadas pelos auditores independentes ao Comitê de Auditoria da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

e. **Comentários dos Diretores**

Não houve deficiências significativas apontadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar

- a. **regras, políticas, procedimentos ou práticas adotadas pela Companhia, voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**
- i. **os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas;**

A Companhia adota um Código de Conduta e Ética ("Código de Conduta"), aprovado pelo Conselho de Administração em 21 de junho de 2017, que tem como objetivo: (i) esclarecer os valores corporativos da Companhia, para que a sociedade possa aprender a respeito de tais valores e o time de profissionais da Companhia possa entender, respeitar e praticá-los; (ii) servir de referência individual e coletiva para a atitude e conduta de cada profissional; e (iii) auxiliar na promoção dos valores da Companhia em todas as suas unidades de negócios, para que os seus profissionais possam operar corretamente, justamente e efetivamente em relação a nossa sociedade e meio ambiente.

O Código de Conduta destina-se a todos os profissionais que trabalham na Companhia, incluindo membros do Conselho de Administração, gerentes, funcionários, consultores, fornecedores e outros parceiros e partes interessadas. O Código de Conduta regula as interações de tais profissionais com: (i) outros profissionais da Companhia; (ii) clientes, fornecedores, bancos, parceiros e concorrentes; (iii) o governo, em todos os níveis; e (iv) a comunidade local e a sociedade no geral.

O Código de Conduta estabelece que o relacionamento com autoridades, políticos e trabalhadores públicos deve ser baseado em atitude adequada e profissional. A Companhia não tolera práticas que envolvam oferecer qualquer vantagem a servidores públicos, fraude em contratos e/ou processos de licitação, a manipulação de contratos econômicos e financeiros, ou a obstrução de atividades investigativas por entidades públicas. Nos termos do Código de Conduta, os profissionais da Companhia que tenham conhecimento de tais atividades devem relatá-las aos seus supervisores e/ou por meio da Ouvidoria.

Conforme consta no Código de Conduta, os profissionais da Companhia devem cumprir as leis e os regulamentos vigentes nos países onde opera, assim como aquelas estabelecidas pela Lei sobre Práticas de Corrupção no Exterior (*US Foreign Corrupt Practices Act – "FCPA"*). A FCPA proíbe empregados, executivos e diretores de se oferecerem para pagar, pagar, prometer pagamento ou autorizar pagamento de dinheiro ou qualquer objeto de valor a um funcionário estrangeiro com o objetivo de influenciar qualquer ato ou decisão do funcionário estrangeiro em sua competência ou assegurar qualquer vantagem indevida com a finalidade de obter ou manter negócio. A FCPA também proíbe a contabilidade paralela e estabelece provisões para assegurar transparência na saúde financeira do negócio, riscos assumidos, e transações entre a Companhia e seus clientes e parceiros de negócio. Todos os profissionais da Companhia devem se instruir sobre a FCPA.

O Código de Conduta prevê, ainda, que, ao lidar com funcionários públicos locais e estrangeiros, os profissionais da Companhia devem seguir as diretrizes do combate ao suborno da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) para Empresas Multinacionais. Uma cópia das diretrizes da OECD está em:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

<http://www.oecd.org/corruption/oecdantibriberyconvention.htm>.

Adicionalmente, os profissionais da Companhia devem garantir que seus parceiros de negócios tenham relacionamentos baseados na conduta profissional e ética com servidores públicos. A Companhia deverá encerrar quaisquer relacionamentos com parceiros que não cumpram com as leis e regulamentos dos países onde opera.

A boa conduta da Companhia é ancorada na combinação de seu Código de Conduta, Canal de Denúncias, Comitê de Ética, utilização de consultores especializados para apuração de denúncias e realização de auditoria forense.

O Código de Conduta rege os valores e condutas esperadas pela Companhia de seus funcionários, fornecedores, comunidades e demais órgãos ou entidades que se relacionam com a Companhia.

O Canal de Denúncias foi criado como mais uma alternativa para monitorar e recomendar correções de desvios, e é gerido por uma empresa terceirizada que tem o compromisso de manter a confidencialidade de administrar o fluxo de informação sobre as denúncias.

Também foi criado um Comitê de Ética, formado pelo CEO da Companhia em conjunto com funcionários reconhecidos como líderes nas operações.

A totalidade das denúncias recebidas são enviadas ao Comitê de Ética para avaliação e, a depender das evidências, eventuais recomendações de ajustes de condutas, abertura de processo de investigação através de uma consultoria especializada ou início de auditoria para investigar eventuais falhas de processo e recomendar melhorias. Caso confirmadas eventuais denúncias o Comitê pode recomendar atuação imediata do principal gestor da área, sempre mantendo informado o Gerente Geral da operação.

- ii. **as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;**

O Conselho de Administração, em conjunto com a Secretaria Corporativa da Companhia, são responsáveis pela melhoria contínua e cumprimento do Código de Conduta. Nos termos do Código de Conduta, os profissionais da Companhia devem relatar quaisquer violações, ou suspeitas, por meio da Ouvidoria.

Adicionalmente, a Companhia, está sujeita à fiscalização dos órgãos reguladores e conta com o Comitê de Ética para avaliação desvios de conduta, formado por representantes de cada unidade e o CEO da Companhia, que se reúne mensalmente.

- iii. **se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**
 - **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O Código de Conduta se aplica a todos os profissionais que trabalham na Companhia, incluindo membros do Conselho de Administração, gerentes, funcionários, consultores, fornecedores e outros parceiros e partes interessadas.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;**

A primeira capacitação dos empregados diretos e das empresas parceiras da Companhia, uma vez admitidos, consiste no treinamento sobre o Código de Conduta. Palestras e treinamentos são ministrados regularmente sobre temas específicos existentes no Código de Conduta. Na data deste Formulário de Referência, a capacitação mais recente foi realizada no Complexo Aranzazu e teve como tema a diversidade.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;**

A Companhia e suas subsidiárias possuem uma "Política de Consequência e Medidas Disciplinares" que estabelece as diretrizes e critérios das "Regras de Ouro" relacionadas a saúde, segurança e meio ambiente, além das consequências resultantes dos atos inseguros nestas áreas.

Referida política é aplicada a todos os profissionais que mantêm uma relação laboral direta ou indireta com a Companhia, o que inclui empregados, profissionais das empresas parceiras e fornecedores de bens e serviços.

As "Regras de Ouro", "Consequências" e "Medidas Disciplinares" se aplicam a qualquer pessoa em exercício de atividades laborais como funcionários próprios, terceirizados e visitantes.

O documento em questão foi criado para responsabilizar de maneira formal as pessoas que cometerem atos falhos na atividade laboral.

A "Gestão de Consequências" deverá ser aplicada sempre que um gestor identificar a ocorrência de atos falhos e faltas graves realizados por qualquer pessoa que esteja trabalhando na Companhia e suas subsidiárias.

As "Consequências" devem ser aplicadas imediatamente e de forma individual, ainda que o fato envolva mais de uma pessoa. As "Medidas Disciplinares" constantes da Política são: advertência, suspensão e demissão.

A Política de Consequência e Medidas Disciplinares está registrada no Sistema Interno de Gestão da Aura (SIGA) em cada uma das suas unidades de negócio.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de junho de 2017.

O Código de Conduta e o protocolo de recebimento são impressos e entregues a todos os empregados da Companhia e de empresas parceiras, o protocolo é assinado e devolvido. O Código de Conduta encontra-se disponível nas versões em inglês, espanhol e português na página (<https://auraminerals.com/community/our-commitment/>), na Intranet (rede interna) e no site do SEDAR (www.sedar.com).

b. canal de denúncia da Companhia, indicando, em caso positivo

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;**

A Companhia possui Ouvidoria/Canal Ético em Honduras, Brasil, México, Estados Unidos e Canadá. A TMF Group é o fornecedor externo que desenvolveu a ferramenta e recebe as denúncias.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;**

O canal é aberto para registro de denúncias, por parte de quaisquer profissionais da Companhia, bem como por parte de terceiros. As denúncias podem se dar por meio de telefone (ligação gratuita), e-mail ou diretamente no site, conforme previsto no Código de Conduta.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé;**

Conforme previsto no Código de Conduta, todos os relatos à Ouvidoria podem ser feitos e serão tratados de forma confidencial e anônima se requisitado pelo denunciante. Represálias ou intimidação de quem denunciar tais violações não são toleradas.

Os usuários da Ouvidoria podem fornecer seus nomes e informações de contato se desejarem, o que, porém, não é necessário. Em vez de identificá-los pelo nome, o sistema fornecerá um código exclusivo e senha, sendo, assim, possível incluir mais dados após o registro, receber solicitações de mais detalhes para solucionar a denúncia e acompanhar o andamento da mesma.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.**

O Comitê de Ética tem acesso a todas as denúncias. As que demandam apuração/investigação são encaminhadas para o fornecedor da ferramenta (TMF Group), responsável por esta atividade.

- c. procedimentos adotados pela Companhia em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia não permite a seus membros negociar ou encorajar outros a negociar valores mobiliários da Companhia enquanto em posse de informação estratégica que não tenha sido divulgada ao público. Informações que podem ser consideradas estratégicas ou confidenciais incluem questões relacionadas a análises relevantes, descobertas minerais, resultados financeiros, desdobramento de ações, fusão, aquisição ou alienação, ou oferta pública de aquisição. Todas as pessoas, a quem o Código de Conduta se aplica, devem obter aprovação do CEO ou do Secretário de Conselho antes de realizar negociações de papéis de ativos ou dívidas da Companhia

A Companhia dispõe, também, de Política de Negociação (Insider Trading Policy), a qual, dentre outros, veda qualquer negociação de valores mobiliários da Companhia em posse de informação privilegiada, até que tal informação tenha sido integralmente divulgada e tenha decorrido um período de tempo razoável para que tal informação tenha sido amplamente disseminada. Para mais informações sobre a Política de Negociação, vide seção 20 deste Formulário de Referência.

A gestão da Companhia tem como prática a condução de diligência operacional, legal e financeira como parte do processo de avaliação em fusões e aquisições, e conta com assessorias externas para auxiliar a Companhia nesta diligência.

- d. **caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, uma vez que a Companhia adotou os controles descritos acima.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta

Não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia, tampouco alterações nas práticas de gerenciamento de riscos desde o encerramento do último exercício social.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 - Outras informações relevantes

Práticas de gerenciamentos de riscos de mercado.

Conforme informado no item 5.2., acima, a Companhia adota determinadas práticas para o gerenciamento de riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta. Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são: (a) risco de preço de produtos e insumos; (b) risco de liquidez; (c) risco de câmbio; (d) risco de taxa de juros e (e) risco de crédito.

Os diretores da Companhia acompanham continuamente a exposição a cada um dos riscos indicados acima, mantendo o Conselho de Administração informado de tempos em tempos sobre o risco coberto e impactos da prática de gerenciamento de riscos de mercado e, caso julgue necessário, a Diretoria atua para buscar proteção para alguns deles. Mais especificamente, as práticas adotadas são acompanhadas e controladas pelo Gerente de Relações com Investidores, *Controller Corporativo*, CFO e o CEO da Companhia.

A Companhia possui uma prática de gerenciamento de riscos de preços de metais e/ou câmbio com o objetivo de proteger fluxo de caixa de curto prazo para projetos em fase de *ramp-up*.

A Companhia não adotou a prática de *hedge accounting* e está avaliando sua eventual implementação no futuro. Para a prática de *hedge* adotada, a Companhia utiliza instrumentos derivativos, como opções (*zero cost collars*), futuros e swaps.

A Companhia reduz riscos cambiais ao optar por empréstimos e financiamentos denominados em dólares americanos (em linha com a moeda funcional da Companhia) para a maior parte de suas operações e em todas as jurisdições. Considerando que 100% dos produtos vendidos tem receita em dólares americanos (US\$), o financiamento na mesma moeda é uma proteção (*hedge*) natural.

Por fim, a Companhia entende que os riscos de mercado relacionados a taxa de juros e risco de crédito não justificam uma prática de gerenciamento específica. Sobre o risco de taxa de juros, grande parte dos financiamentos da Companhia possui taxas pré-fixadas. Os financiamentos com taxas pós-fixadas, em sua maioria, utilizam a Libor, que historicamente apresenta baixa volatilidade.

Sobre o risco de crédito, a Companhia geralmente recebe pagamento antecipado de seus clientes no Brasil e em Honduras. No México, a Companhia possui contrato prevendo a compra pelo cliente da totalidade da produção da Companhia naquela localidade e cláusulas contratuais que a protegem e trazem segurança financeira em caso de inadimplência.

Ressalta-se que o monitoramento e a avaliação periódica da posição consolidada de instrumentos financeiros utilizados na mitigação dos riscos de mercado da Companhia permitem acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como garantir que os objetivos inicialmente traçados sejam atingidos. Os parâmetros utilizados para verificar o enquadramento ou desenquadramento da exposição da Companhia são:

- (i) verificação da execução das práticas mencionadas acima;
- (ii) análise e constante monitoramento dos volumes e valores contratados; e
- (iii) observância dos volumes contratados e projeção de vendas, evitando uma proteção acima da meta estabelecida ou uma exposição sobre vendida (*short*).

Para evitar o potencial desenquadramento em virtude do disposto no item "(iii)", se realiza o acompanhamento periódico da exposição inicialmente estimada e de vendas realizadas; caso as projeções não se concretizem, a estratégia de proteção é encerrada (*unwind das posições*

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos (contratadas).

A Companhia somente opera instrumentos financeiros com objetivo de proteção de fluxo de caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 – Comentários dos Diretores

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

A moeda funcional e a moeda de apresentação original da Companhia são o dólar americano. A Companhia acredita que o dólar americano melhor reflete o ambiente econômico no qual a Companhia está inserida e a forma como esta é, de fato, administrada. No entanto, a Companhia também apresenta demonstrações financeiras em Reais, para atender a regulamentação da CVM. Os valores em Reais apresentados a seguir foram convertidos de dólares americanos para Reais de acordo com critério estabelecido e indicado na Nota Explicativa 3 – Sumário das Principais Políticas Contábeis, constante nas demonstrações financeiras em Reais da Companhia, a não ser que expressamente disposto de forma diferente em seção pertinente.

A aplicação desta metodologia, utilizada para converter as demonstrações financeiras de US\$ para R\$, resume-se a seguir:

1. As contas de ativo e passivo foram convertidas pela taxa cambial disponíveis no fim de cada exercício;
2. A Demonstração de Resultado foi convertida à taxa de câmbio média trimestral;
3. O patrimônio líquido inicial foi convertido à taxa de câmbio de 1º de janeiro de 2018, de acordo com o disposto no IFRS 1, que todas as diferenças de conversão acumulada sejam ajustadas a zero, e todos os movimentos posteriores converteram-se à taxa de câmbio trimestral;
4. Todas as diferenças decorrentes da conversão anterior se registram dentro da conta de diferença de conversão acumulada no patrimônio; e
5. Para efeitos de divulgação, as notas relativas ao fluxo de caixa converteram-se às taxas de câmbio médias trimestrais.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia entende que as atuais condições financeiras e patrimoniais demonstram solidez e que, junto com seus atuais níveis de geração de caixa operacional, são suficientes para atender todas suas obrigações de curto e longo prazo. Entende, ainda, que os indicadores abaixo e sua evolução embasam tais afirmações:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Variações horizontais		
	(em R\$ milhões)			(em %)		
	2020	2019	2018	2020 x 2019	2019 x 2018	
Caixa e equivalentes em caixa	612,1	156,7	40,7	291%	285%	
Aplicações Financeiras	1,8	0,9	39,3	91%	n.m.	
Patrimônio Líquido	1.625,1	788,5	675,8	106%	17%	
Dívida Líquida⁽¹⁾	(247,9)	15,5	38,5	n.m.	(60%)	
Índice de Alavancagem⁽²⁾	(0,39)	0,07	0,52	n.m.	(87%)	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

⁽¹⁾ Corresponde à nossa Dívida Líquida na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ Índice de Alavancagem corresponde a nossa Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado. A Companhia calcula o Índice de Alavancagem com base no EBITDA Ajustado anual da Companhia (ao final de 12 (doze) meses), de forma que o indicador não se aplica para períodos intermediários (três, seis ou nove meses acumulados).

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Variações horizontais	
	(em US\$ milhões)			(em %)	
	2020	2019	2018	2020 x 2019	2019 x 2018
Caixa e equivalentes em caixa	117,8	38,9	10,5	203%	270%
Aplicações Financeiras	0,3	0,2	10,1	48%	(100%)
Patrimônio Líquido	312,7	195,6	174,4	60%	12%
Dívida Líquida⁽¹⁾	(47,7)	3,9	9,9	n.m.	(61%)
Índice de Alavancagem⁽²⁾	(0,40)	0,07	0,45	n.m.	(84%)

⁽¹⁾ Corresponde à nossa Dívida Líquida na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ Índice de Alavancagem corresponde a nossa Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado. A Companhia calcula o Índice de Alavancagem com base no EBITDA Ajustado anual da Companhia (ao final de 12 (doze) meses), de forma que o indicador não se aplica para períodos intermediários (três, seis ou nove meses acumulados).

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020 x 31 de dezembro de 2019
	(em R\$ milhões)	(em R\$ milhões)	
Caixa e equivalentes em caixa	612,1	156,7	291%
Patrimônio Líquido	1.625,1	788,5	106%
Dívida Líquida⁽¹⁾	(247,9)	15,5	n.m.
Índice de Alavancagem⁽²⁾	(0,39)	0,07	n.m.

⁽¹⁾ Corresponde à nossa Dívida Líquida na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ Índice de Alavancagem corresponde a nossa Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado. A Companhia calcula o Índice de Alavancagem com base no EBITDA Ajustado anual da Companhia (ao final de 12 (doze) meses), de forma que o indicador não se aplica para períodos intermediários (três, seis ou nove meses acumulados).

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020 x 31 de dezembro de 2019
	(em US\$ milhões)	(em US\$ milhões)	
Caixa e equivalentes em caixa	117,8	38,9	203%
Patrimônio Líquido	312,7	195,6	60%
Dívida Líquida⁽¹⁾	(47,7)	3,9	n.m.
Índice de Alavancagem⁽²⁾	(2,5)	0,07	n.m.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (1) Corresponde à nossa Dívida Líquida na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência.
- (2) Índice de Alavancagem corresponde a nossa Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado. A Companhia calcula o Índice de Alavancagem com base no EBITDA Ajustado anual da Companhia (ao final de 12 (doze) meses), de forma que o indicador não se aplica para períodos intermediários (três, seis ou nove meses acumulados).

Seguem abaixo comentários da Administração da Companhia sobre a evolução de cada indicador apresentado nas tabelas acima.

Em 31 de dezembro de 2020, a posição de caixa e equivalentes em caixa, somados às aplicações financeiras da Companhia, alcançou um valor de R\$ 613,9 milhões (US\$118,1 milhões), um aumento em relação ao valor de R\$156,7 milhões (US\$38,9 milhões) registrado em 31 de dezembro de 2019. Já o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 alcançou R\$ 1.625,1 milhões (US\$ 312,7 milhões), um aumento de R\$ 836,6 milhões (aumento de US\$ 117,1 milhões) em relação ao valor de R\$ 788,5 milhões (US\$ 195,6 milhões) observado em 31 de dezembro de 2019. O aumento durante o período encerrado em 31 de dezembro de 2020 deve-se principalmente aos resultados de R\$385 milhões (US\$ 68,5 milhões) e à Oferta Pública Inicial no Brasil no valor de R\$ 259,8 milhões (US\$ 48,7 milhões). Por fim, o caixa líquido em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 261,2 milhões (US\$ 47,7 milhões), comparado a uma dívida líquida em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 15,5 milhões (US\$ 3,9 milhões), representando aumento de R\$ 276,7 milhões (US\$51,5 milhões) no mesmo período. Esse aumento se deve a (i) crescimento do EBITDA totalizando R\$ 119,4 milhões (US\$ 55,1 milhões); (ii) Oferta Pública Inicial no Brasil no valor de R\$ 259,8 milhões (US\$ 48,7 milhões), parcialmente compensados pelo (iii) aumento no CAPEX de manutenção e exploração, em função do desenvolvimento de uma nova área de lixiviação e a área Esperanza na mina San Andres em Honduras e expansão das operações (mina Ernesto e Gold Road) totalizando R\$ 269 milhões (US\$ 51,9 milhões). O aumento da posição de caixa contribuiu, portanto, para a redução da dívida líquida no período. Em 31 de dezembro de 2020 o índice de alavancagem era de -2,44 vezes (-2,5 vezes em dólares americanos).

Em 31 de dezembro de 2019, a posição de caixa e equivalentes em caixa, somados às aplicações financeiras da Companhia, alcançou um valor de R\$ 156,7 milhões (US\$ 38,9 milhões), um aumento em relação ao valor combinado de R\$ 80 milhões (US\$ 10,5 milhões) registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Já o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 alcançou R\$ 788,5 milhões (US\$ 195,6 milhões), um aumento de R\$ 112,7 milhões (US\$ 21,2 milhões) em relação ao valor de R\$ 675,8 milhões (US\$ 174,4 milhões) observado em 31 de dezembro de 2018. O aumento durante o exercício de 2019 deve-se principalmente aos lucros auferidos no exercício. Por fim, a dívida líquida em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 15,5 milhões (US\$ 3,9 milhões), comparado a uma dívida líquida do período de 31 de dezembro de 2018 de R\$ 38,5 milhões (US\$ 9,9 milhões), representando uma redução de 60% em Reais (61% em dólares americanos) no mesmo período. Essa queda se deve à maior geração de caixa no período e aos esforços contínuos da Companhia para redução da alavancagem. O índice de alavancagem em 31 de dezembro de 2019 foi de 0,07 (0,07 em dólares americanos). Em 31 de dezembro de 2018 o índice de alavancagem era de 0,52 (0,45 em dólares americanos).

Já em 31 de dezembro de 2018, a posição de caixa e equivalentes em caixa, somados às aplicações financeiras da Companhia, alcançou um valor de R\$ 80 milhões (US\$ 20,7 milhões), um aumento de R\$ 41 milhões (aumento de US\$8,9 milhões) em relação ao valor combinado de R\$ 39 milhões (US\$ 11,8 milhões) registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 675,8 milhões (US\$ 174,5 milhões), em comparação com R\$ 279,8 milhões (US\$ 84,6 milhões) em 31 de dezembro de 2017. Esta variação ocorreu em decorrência (i) das ações e opções emitidas na incorporação da Rio Novo Gold, no valor de R\$ 68,2 milhões (US\$ 20,9 milhões) e (ii) dos resultados do período, no valor de R\$ 193,0 milhões (US\$ 52,0 milhões). Por fim, a dívida líquida em 31 de dezembro de 2018

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

era de R\$ 38,5 milhões (US\$ 9,9 milhões), comparado a uma dívida líquida do período de 31 de dezembro de 2017 de R\$ 47,1 milhões (US\$ 14,2 milhões), representando uma redução de 18% em Reais (30% em dólares americanos) no mesmo período. O índice de alavancagem em 31 de dezembro de 2018 foi de 0,52x (0,45 em dólares americanos). Em 31 de dezembro de 2017 o índice de alavancagem era de 0,76x (0,73 em dólares americanos).

Análise dos impactos da COVID-19

Conforme descrito no fator de risco constante do item 4.1 deste Formulário de Referência, intitulado "Crises de saúde pública, incluindo relacionadas ao COVID-19, podem afetar material e adversamente os negócios, operações e condições financeiras da Companhia.", bem como descrito no item 10.9 deste Formulário de Referência, os negócios, operações e condições financeiras da Companhia podem ser material e adversamente afetados pela disseminação de epidemias, pandemias ou outras crises de saúde pública, incluindo o novo coronavírus (COVID-19).

Eventuais eventos adversos podem ter ocorrido após a emissão de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao período de doze meses encerrado em 31 dezembro de 2020. Até a data deste Formulário de Referência, a Administração não concluiu a avaliação dos impactos financeiros e patrimoniais do COVID-19.

Enquanto nossa Administração não concluir referida avaliação, continuaremos a tomar medidas preventivas, incluindo, mas não se limitando, as descritas no item 10.9 – Outros fatores com influência relevante – “Análise dos impactos da COVID-19 nas Atividades da Companhia” deste Formulário de Referência

(b) Estrutura de capital

As tabelas abaixo ilustram a evolução da estrutura de capital:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	(em R\$ milhões)		
	2020	2019	2018
Empréstimos e financiamentos – Curto prazo	148,0	89,1	46,5
Empréstimos e financiamentos – longo prazo	218,0	84,0	72
(-) Caixa e equivalente de caixa	612,1	156,7	40,7
(-) Caixa restrito	1,8	0,9	0
(-) Aplicações Financeiras	0	0	39,3
Dívida Líquida ⁽¹⁾	(247,9)	15,5	38,5
Patrimônio Líquido	1.625,1	788,5	675,8

(1) Corresponde à nossa Dívida Líquida na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	(em US\$ milhões)		
	2020	2019	2018
Empréstimos e financiamentos – circulante	28,5	22,1	12,0
Empréstimos e financiamentos – não-circulante	41,9	20,9	18,5

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(-) Caixa e equivalente de caixa	117,8	38,9	10,5
(-) Caixa restrito	0,3	0,2	0
(-) Aplicações Financeiras	0	0	10,1
Dívida Líquida (1)	(47,7)	3,9	9,9
Patrimônio Líquido	312,7	195,6	174,4

(1) Corresponde à nossa Dívida Líquida na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência.

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Capital de terceiros (passivo circulante + não circulante)	1.161,3	624,3	491,6
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.625,1	788,5	675,8
Capital total (terceiros + próprio)	2.786,42	1.412,80	1.167,40
Parcela de capital de terceiros	41,68%	44,20%	42,10%
Parcela de capital próprio	58,32%	55,80%	57,90%

(em US\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Capital de terceiros (passivo circulante + não circulante)	223,5	154,9	126,9
Capital próprio (patrimônio líquido)	312,7	195,6	174,4
Capital total (terceiros + próprio)	536,19	350,5	301,3
Parcela de capital de terceiros	41,68%	44,20%	42,10%
Parcela de capital próprio	58,32%	55,80%	57,90%

A parcela de capital próprio utilizado na estrutura de capital da Companhia apresentou pequena redução, de 57,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para 55,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Além do aumento de R\$ 132,7 milhões (US\$ 28,0 milhões) na utilização do capital de terceiros no período, houve aumento também do patrimônio líquido da Companhia no mesmo período, em R\$ 112,7 milhões (US\$ 21,2 milhões). O aumento do capital de terceiros teve como origem principal a obtenção de empréstimos e financiamentos para a abertura da mina Ernesto, localizada no Complexo de EPP, enquanto o aumento do patrimônio líquido foi motivado principalmente devido aos resultados acumulados no exercício social.

A parcela de capital de próprio utilizado na estrutura de capital da Companhia aumentou de 55,8%, em 31 de dezembro de 2019, para 55,8% em 31 de dezembro de 2020. Os principais motivos foram os resultados de R\$385 milhões (US\$ 68,5 milhões) e à Oferta Pública Inicial no Brasil no valor de R\$ 259,8 milhões (US\$ 48,7 milhões).

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A tabela abaixo demonstra os principais indicadores financeiros relacionados à nossa capacidade

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de pagamento:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	(em R\$ milhões)		
	2020	2019	2018
Dívida Bruta⁽¹⁾	366,0	173,1	118,5
Caixa e Equivalentes em caixa, caixa restrito e aplicações financeiras	613,9	157,6	40,7
Dívida Líquida⁽²⁾	(261,2)	15,5	38,5
Lucro líquido (prejuízo) do Exercício/Período	385,0	104,2	193,0
EBITDA Ajustado⁽³⁾	637,9	217,0	73,8
Índice de Alavancagem⁽⁴⁾	(0,39)	0,07	0,52

(1) A Dívida Bruta corresponde a soma de nossos empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes.

(2) Corresponde à nossa Dívida Líquida na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência.

(3) Corresponde ao nosso EBITDA Ajustado anual na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência, referente aos últimos 12 meses.

(4) Índice de Alavancagem corresponde a nossa Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado. A Companhia calcula o Índice de Alavancagem com base no EBITDA Ajustado anual da Companhia (ao final de 12 (doze) meses), de forma que o indicador não se aplica para períodos intermediários (três, seis ou nove meses acumulados).

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	(em US\$ milhões)		
	2020	2019	2018
Dívida Bruta⁽¹⁾	70,4	43,0	30,5
Caixa e Equivalentes em caixa, caixa restrito e aplicações financeiras	118,1	39,1	20,6
Dívida Líquida⁽²⁾	(47,7)	3,9	9,9
Lucro líquido (prejuízo) do Exercício/Período	68,5	24,9	52,0
EBITDA Ajustado⁽³⁾	119,4	53,8	22,1
Índice de Alavancagem⁽⁴⁾	(0,40)	0,07	0,45

(1) A Dívida Bruta corresponde a soma de nossos empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes.

(2) Corresponde à nossa Dívida Líquida na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência.

(3) Corresponde ao nosso EBITDA Ajustado anual na forma indicada no item (3.2 deste Formulário de Referência, referente aos últimos 12 meses.

(4) Índice de Alavancagem corresponde a nossa Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado. A Companhia calcula o Índice de Alavancagem com base no EBITDA Ajustado anual da Companhia (ao final de 12 (doze) meses), de forma que o indicador não se aplica para períodos intermediários (três, seis ou nove meses acumulados).

A dívida bruta aumentou 111,4% em Reais (63,8% em dólares) entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A dívida bruta aumentou 46,0% em Reais (41% em dólares) entre 2018 e 2019, motivado por novas dívidas contraídas em 2019 para início de operação da mina Ernesto no Complexo de EPP e para que a Companhia aumentasse sua posição de caixa, de acordo com sua estratégia de capital. Ainda que a Companhia tenha aumentado o seu endividamento bruto, este aumento foi mais do que contrabalanceado pelo elevado incremento no caixa, o que levou à redução do endividamento líquido. Além disso, a Companhia observou no período incremento na capacidade de pagamento de suas dívidas, resultando em índices saudáveis de endividamento. Em 2018, o índice de alavancagem era de 0,52x o valor do EBITDA Ajustado em Reais (0,45x em dólares americanos) e, em 2019 esta métrica foi reduzida para 0,07x em Reais (0,07x em dólares americanos). Em 2017, o índice de alavancagem era de 0,76x o valor do EBITDA Ajustado em Reais (0,73x em dólares americanos).

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais, (ii) endividamento de curto e longo prazos, (iii) aumento no prazo de pagamento de fornecedores, e (iv) emissão de ações.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos principalmente através de financiamentos contratados junto a instituições financeiras estabelecidas nos principais países em que atua. Alternativamente, Companhia poderá avaliar efetuar emissão de títulos de dívida em mercado de capitais. Caso sejam realizados investimentos em ativos não circulantes, como aquisições de empresas, a Companhia pode vir a captar recursos adicionais em operações de dívida ou emissão de novas ações, a depender do tamanho da aquisição e do país onde se localizam tais ativos.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2020, a dívida bruta total era de R\$ 385,7 milhões (US\$ 70,4 milhões), sendo a parcela de curto prazo equivalente a 40% da dívida total e a de longo prazo equivalente a 60% da dívida total. A dívida de curto prazo é aquela com vencimento inferior a um ano.

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida bruta total era de R\$ 173,1 milhões (US\$ 43,0 milhões), sendo a parcela de curto prazo equivalente a 51,5% da dívida total e a de longo prazo equivalente a 48,5% da dívida total. A dívida de curto prazo é aquela com vencimento inferior a um ano.

A Companhia possui atualmente linhas de crédito diferentes com 9 instituições em 4 países (Brasil, México, Honduras e Estados Unidos da América). Essas linhas de crédito possuem, encargos financeiros contratados que variam de 5,29% a 12,0% ao ano (não incluindo o custo implícito calculado pela Companhia, estimado em 16,75%, para o empréstimo contratado com a PPG Arizona Holdings), com prazos de vencimento entre 1 e 5 anos.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia, de forma consolidada, bem como o saldo de cada um ao final de cada período, estão demonstrados na tabela abaixo. A tabela deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	(em R\$ milhões) ⁽¹⁾

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	2020	2019	2018
Empréstimos Totais⁽¹⁾	366,0	173,1	118,5
Empréstimo Longo Prazo	218,0	84,0	72,0
Empréstimo Curto Prazo	148,0	89,1	46,5

(1) Os empréstimos totais são a soma dos financiamentos de curto e longo prazo

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	(em US\$ milhões)		
	2020	2019	2018
Empréstimos Totais⁽¹⁾	70,4	43,0	30,5
Empréstimo Longo Prazo	41,9	20,9	18,5
Empréstimo Curto Prazo	28,5	22,1	12,0

(1) Os empréstimos totais são a soma dos financiamentos de curto e longo prazo.

Dívidas financeiras

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020			
	(em R\$ milhões)			
	Total	Dentro de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos
Banco Occidente	2,6	2,6	0,0	0,0
Banco Atlântida	24,9	9,0	15,8	0,0
Banco ABC Brasil S.A.	35,3	8,0	27,3	0,0
Banco Santander Brasil	55,5	15,8	39,8	0,0
Banco Votorantim	16,4	8,3	8,0	0,0
FIFOMI Credit Facility	17,7	4,5	9,1	4,2
IXM S.A.	30,5	30,5	0,0	0,0
PPG Arizona Holdings	139,3	50,4	88,9	0,0
Itaú	43,8	18,9	24,9	0,0
Total	366,0	148,0	213,8	4,2

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020			
	(em US\$ milhões)			
	Total	Dentro de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos
Banco Occidente	0,5	0,5	-	-
Banco Atlântida	4,8	1,7	3,0	-
Banco ABC Brasil S.A.	6,8	1,5	5,2	-
Banco Santander Brasil	10,7	3,0	7,7	-
Banco Votorantim	3,1	1,6	1,5	-
FIFOMI Credit Facility	3,4	0,9	1,7	0,8
IXM S.A.	5,9	5,9	-	-
PPG Arizona Holdings	26,8	9,7	17,1	-
Itaú	8,4	3,6	4,8	-
Total	70,4	28,5	41,1	0,8

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019			
	(em R\$ milhões)			
	Total	Dentro de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos
Banco Occidente	8,7	8,7	-	-
Banco Atlântida	24,0	6,5	14,1	3,5
Banco ABC Brasil S.A.	27,4	11,1	16,3	-
Banco Santander Brasil	19,4	19,4	-	-
Banco Votorantim	14,8	2,3	12,5	-
FIFOMI Credit Facility	14,5	0,4	7,2	6,9
IXM S.A.	64,3	40,8	23,5	-
Total	173,1	89,1	73,6	10,4

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019			
	(em US\$ milhões)			
	Total	Dentro de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos
Banco Occidente	2,2	2,2	-	-
Banco Atlântida	6,0	1,6	3,5	0,9
Banco ABC Brasil S.A.	6,8	2,8	4,0	-
Banco Santander Brasil	4,8	4,8	-	-
Banco Votorantim	3,7	0,6	3,1	-
FIFOMI Credit Facility	3,6	0,1	1,8	1,7
IXM S.A.	15,9	10,1	5,8	-
Total	43,0	22,2	18,2	2,6

Obrigações contratuais

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020				
	(em R\$ milhões)				
	Total	Dentro de 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	378,8	378,8	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	0,8	0,8	-	-	-
Empréstimos de curto e longo prazo	366,0	133,5	228,4	4,2	-
Provisão para fechamento e restauração de minas	205,0	-	44,9	48,2	111,8
Outras obrigações e passivos	18,5	13,3	5,2	-	-
Total	969,1	526,4	278,5	52,4	111,8

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020				
	(em US\$ milhões)				
	Total	Dentro de 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Acima de 5 anos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fornecedores e outras contas a pagar	72,9	72,9	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	0,2	0,2	-	-	-
Empréstimos de curto e longo prazo	70,4	28,5	41,1	0,8	-
Provisão para fechamento e restauração de minas	39,4	-	8,6	9,3	21,5
Outras obrigações e passivos	3,6	2,6	1,0	-	-
Total	197,9	104,1	50,8	21,5	21,5

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019				
	(em R\$ milhões)				
	Total	Dentro de 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	229,7	229,7	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	0,9	0,9	-	-	
Empréstimos de curto e longo prazo	173,1	89,1	73,6	10,4	
Provisão para fechamento e restauração de minas	121,5	-	13,8	11,5	96,2
Outras obrigações e passivos	10,1	7,8	2,3	-	
Total	535,3	327,5	89,7	21,9	96,2

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019				
	(em US\$ milhões)				
	Total	Dentro de 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	57,0	57,0	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	0,2	0,2	-	-	-
Empréstimos de curto e longo prazo	43,0	22,1	18,3	2,6	-
Provisão para fechamento e restauração de minas	30,1	0	3,4	2,8	23,9
Outras obrigações e passivos	2,5	1,9	0,6	-	-
Total	132,8	81,2	22,3	5,4	23,9

Seguem abaixo as principais características dos empréstimos da Companhia.

Banco de Occidente, S.A. ("Banco Occidente")

Em 18 de novembro de 2016, a Aura, por meio da Minosa, recebeu aprovação de uma nota

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

promissória de curto prazo no valor de R\$ 6,1 milhões (a “Segunda Nota Promissória”) do Banco Occidente para necessidades de capital de giro. A Segunda Nota Promissória possui uma taxa de juros anual de 7%, com carência de um ano e vencimento em 17 de novembro de 2019. Durante o primeiro trimestre de 2019, o Banco Occidente aprovou um período de carência de três meses sobre pagamentos do principal de dezembro de 2018 a fevereiro de 2019 e prorrogou a data de vencimento para fevereiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor da Segunda Nota Promissória era de R\$ 0 (31 de dezembro de 2019: R\$ 641). Para os períodos de doze meses findos em fevereiro de 2020, a Aura incorreu despesas de juros de R\$9.828 (31 de dezembro de 2019: R\$ 175), respectivamente, que foram registradas como despesas financeiras.

Em 1 de abril de 2019, a Aura, por meio de Minosa, recebeu outra aprovação de uma nota promissória de curto prazo no valor de R\$ 7,7 milhões (a “Terceira Nota Promissória”) do Banco Occidente para necessidades de capital de giro. A Terceira Nota Promissória possui uma taxa de juros anual de 7,5%, com carência de seis meses e vencimento em fevereiro de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor da Terceira Nota Promissória era de R\$ 2.603 (31 de dezembro de 2019: R\$ 8.061). Para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2020, a Aura incorreu despesa de juros de R\$626 (31 de dezembro de 2019: R\$ 284), respectivamente, que foram registradas como despesas financeiras.

Banco ABC Brasil S.A. (“ABC Bank”)

Durante o segundo trimestre de 2019, a Aura, por meio da Apoena, firmou um contrato de empréstimo de R\$ 15,6 milhões com o Banco ABC para necessidades de capital de giro (o “Segundo Empréstimo”). O Segundo Empréstimo possui uma taxa de juros anual de 6,40%, com carência de um ano e vencimento em agosto de 2021. O Segundo Empréstimo foi refinanciado em agosto de 2020 com uma nova data de vencimento em agosto de 2023. O pagamento do empréstimo será feito em parcelas que vencerão a cada três meses a partir de agosto de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor era de R\$ 23.149 (31 de dezembro de 2019: R\$ 16.554). Para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2020, a Aura incorreu despesa de juros de R\$ 1.505 (2019: R\$829), respectivamente, que foi registrada como despesas financeiras. Durante o segundo trimestre de 2019, a Aura, por meio da Apoena, firmou um contrato de empréstimo de R\$ 10,3 milhões com o Banco ABC para necessidades de capital de giro (o “Terceiro Empréstimo”). O Terceiro Empréstimo possui uma taxa de juros anual de 6,4%, com carência de 12 meses e vencimento em julho de 2021. Em agosto de 2020, este empréstimo foi refinanciado com novo vencimento em agosto de 2023. O reembolso do empréstimo será feito em parcelas que serão devidas a cada 3 meses a partir de agosto de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor do Terceiro Empréstimo era de R\$ 15.246 (31 de dezembro de 2019: R\$ 10.915). Para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, a Aura incorreu despesa de juros R\$ 947 (2019: R\$ 299), respectivamente, que foi registrada como despesa financeira.

Banco Atlântida

Durante o segundo trimestre de 2017, a Aura, por meio de Minosa, firmou um contrato de empréstimo de R\$ 22,7 milhões com o Banco Atlântida para aquisição de ativo fixo para o desenvolvimento do projeto de lixiviação de pilha da fase 6. Em maio de 2017, a Aura utilizou um saldo de R\$ 13,0 milhões e, posteriormente, em outubro de 2017, utilizou o saldo restante de US\$ 3,0 milhões (R\$ 9,8 milhões). O empréstimo possui uma taxa de juros anual de 7,3%, com carência de um ano e vencimento em 15 de julho de 2023 e amortização mensal. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor do empréstimo com o Banco Atlântida era de R\$ 25.371 (31 de dezembro de 2019: R\$ 23.979). Para período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, a Aura incorreu despesa de juros de R\$ 2.075 (2019: R\$1.791), respectivamente, que foi registrado como despesas financeiras.

Santander Brasil

Durante o primeiro trimestre de 2019, a Aura, através da Apoena, firmou um contrato de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

empréstimo de R\$ 16.975 (US\$ 4,5 milhões) com o Banco Santander Brasil para as necessidades de capital de giro. O empréstimo tem uma taxa de juros anual de 7,70% com data de vencimento em janeiro de 2020. No primeiro trimestre de 2020, a Aura, através da Apoena, firmou um refinanciamento do contrato de empréstimo de US\$ 4,5 milhões que resultou em uma redução da taxa de juros anual do empréstimo de 7,70% para 7,18% e uma nova data de vencimento em janeiro de 2021. No quarto trimestre de 2020, a Aura através da Apoena, firmou um refinanciamento do contrato de empréstimo de US\$ 4.500 que resultou em uma redução da taxa de juros anual do empréstimo que foi reduzida de 7,18% para 5,29% e uma nova data de vencimento em outubro de 2023. O pagamento do empréstimo será feito em parcelas que serão devidas a cada três meses a partir de outubro de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor do empréstimo era de R\$ 25.349 (31 de dezembro de 2019: R\$ 19.436). Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia incorreu em despesas com juros de R\$1.320 (31 de dezembro de 2019: R\$1.277) que foram registradas como despesas financeiras.

Durante o quarto trimestre de 2020, a Aura, através da Apoena, firmou um contrato de empréstimo de R\$ 20.530 com o Banco Santander Brasil para as necessidades de capital de giro (o "Segundo Empréstimo"). O empréstimo tem uma taxa de juros anual de 4,95% com data de vencimento em dezembro de 2023. O pagamento do empréstimo será feito em parcelas trimestrais a partir de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor do empréstimo era de R\$ 20.530 (31 de dezembro de 2019: R\$ 0,00). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia incorreu em despesas com juros de R\$ 0 (31 de dezembro de 2019: R\$ 0).

Durante o quarto trimestre de 2020, a Companhia, através da Apoena, assinou um contrato de empréstimo de R\$ 12.858 com o Banco Santander Brasil para as necessidades de capital de giro (o "Terceiro Empréstimo"). O empréstimo tem uma taxa de juros anual de 4,05% e tem vencimento em dezembro de 2023. O pagamento do empréstimo será feito em parcelas trimestrais a partir de março de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor do empréstimo era de R\$12.858 (31 de dezembro de 2019: R\$ zero). Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia incorreu em despesas com juros de R\$ 0 (31 de dezembro de 2019: R\$ 0).

Banco Votorantim

Durante o segundo trimestre de 2019, a Aura, por meio da Apoena, firmou um contrato de empréstimo de R\$ 13,8 milhões com o Banco Votorantim para necessidades de capital de giro. O empréstimo possui uma taxa de juros anual de 6,50%, com carência de um ano e vencimento em setembro de 2022. O empréstimo será reembolsado em parcelas a partir de setembro de 2020, que vence a cada quatro meses. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor do empréstimo era de R\$ 17.701 (31 de dezembro de 2019: R\$ 14.756). Para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, a Aura incorreu despesa de juros de R\$ 1.178 (2019: R\$243), respectivamente, que foram registradas como despesas financeiras.

Linha de Crédito FIFOMI

Em 9 de dezembro de 2019, a Aura, por meio da Aranzazu, celebrou uma linha de crédito denominada em pesos mexicanos de Mex\$ 69,5 milhões, ou o equivalente a R\$ 15 milhões, junto ao Fideicomiso de Fomento Minero ("FIFOMI") para necessidades de capital de giro. A linha possui uma taxa de juros anual conforme a taxa anual de TIIE do Banco Central do México mais 4 bps, terminando em 11,99%, com carência de 12 meses e vencimento em 20 de novembro de 2024. O empréstimo é amortizado em parcelas mensais a partir de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor do empréstimo era de R\$ 19.246 (31 de dezembro de 2019: R\$ 14.494). Para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, a Aura incorreu despesa de juros R\$ 1.717 (2019: R\$ 53), respectivamente, que foram registradas como despesas financeiras.

IXM S.A. (anteriormente denominada Louis Dreyfus) ("IXM")

Em 8 de março de 2018, a Aura, por meio da Aranzazu, firmou uma linha de empréstimo de R\$

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

65,0 milhões (a “Linha”) e um contrato de compra (o “Contrato de Compra”) com a IXM para o reinício das operações e concentrados de cobre a serem produzidos a partir de sua mina de Aranzazu (o “Projeto”) localizada no município de Concepción del Oro, na região nordeste do estado de Zacatecas, México.

A linha inclui um período de carência de 12 meses e está sujeita às condições habituais, incluindo, mas não se limitando ao reembolso do empréstimo pendente da Companhia com a Auramet International LLC, que foi totalmente reembolsado em março de 2018. A Linha é garantida pela Companhia e suas participações no Projeto e na mina de San Andres. O Contrato de Compra abrange 100% dos concentrados de cobre a serem produzidos no Projeto.

Em 12 de dezembro de 2019, a Companhia celebrou um aditivo pela qual a linha de crédito foi prorrogada até 31 de

julho de 2021 a partir da data original de vencimento de março de 2021. A linha de crédito tem uma taxa de juros anual igual à LIBOR de um mês mais 700 bps. A emenda estipula também requisitos mínimos de liquidez para a subsidiária em todos os momentos: (i) de 31 de dezembro de 2019 a 28 de fevereiro de 2020 não inferior a R\$ 6,8 milhão; (ii) de 29 de fevereiro de 2020 até 29 de abril de 2020 não inferior a R\$ 11,2 milhão; e, (iii) de 30 de abril de 2020 a 31 de julho de 2021 não inferior a US\$ 12,2 milhão. Além disso, a Companhia deve manter depósitos líquidos de não menos de US\$ 3 milhões em todos os momentos durante o prazo. Além disso, a Aranzazu tem o direito de fazer pré-pagamentos sem penalidades.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor do empréstimo da IXM era de R\$33.128 (31 de dezembro de 2019: R\$64.298). Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia incorreu em despesas com juros de R\$4.670 (2019: R\$6.597) que foram registrados como despesas financeiras.

Banco Itaú

Durante o primeiro trimestre de 2020, a Aura, por meio da Apoena, firmou um contrato de empréstimo de R\$ 41,6 milhões com o Banco Itaú para necessidades de capital de giro. O empréstimo possui uma taxa de juros anual de 7,00%, com vencimento em março de 2023. O pagamento do empréstimo será feito em parcelas semestrais a partir de março de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor do empréstimo era de R\$ 47.545 (31 de dezembro de 2019: R\$ 0). Para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, a Aura incorreu despesa de juros de R\$ 763 e R\$ 2.304 (2019: R\$ 0 e R\$ 0), respectivamente, que foram registradas como despesas financeiras.

Empréstimo com a Pandion

Em 27 de março de 2020, em conexão com a aquisição da mina Gold Road, a Aura assumiu um empréstimo em aberto com a Pandion Mine Finance, LP (“Pandion”) com valor fixo de R\$ 178,9 milhões, com uma cláusula de pré-pagamento, segundo a qual se a Gold Road e a Aura pagarem antecipadamente os valores antes de 27 de março de 2021, a Gold Road e a Aura terão que pagar apenas R\$ 122,7 milhões. O vencimento do empréstimo é 30 de novembro de 2023. O contrato de empréstimo não prevê expressamente uma taxa de juros. Assim, a Aura decidiu utilizar uma taxa de risco de crédito no momento da aquisição de 15,75% e descontou o valor do empréstimo e reconheceu um passivo em aberto de R\$ 128,8 milhões. Vide Nota 6 das Demonstrações Financeira Consolidadas de 2020 para mais informações sobre a aquisição da mina Gold Road. Em 31 de dezembro de 2020, o passivo em aberto totalizava R\$ 151.193 (31 de dezembro de 2019: R\$ 0). Para o exercício ano que terminou em 31 de dezembro de 2020, a Aura incorreu despesa de juros de R\$ 16.690 (2019: R\$ 0), respectivamente, que foram registradas como despesas financeiras.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relacionamento comercial no curso normal dos seus negócios com as principais instituições financeiras estabelecidas em cada um dos países onde atua, de acordo com as melhores práticas do mercado financeiro.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia apresenta financiamentos com garantias reais e quirografárias. Nas tabelas abaixo é possível ver um resumo das dívidas tanto em Reais como em dólares americanos.

Últimas informações contábeis (31/12/2020)					
Tipo de Garantia	Inferior a um ano (Reais)	Um a três anos (Reais)	Três a cinco anos (Reais)	Superior a cinco anos (Reais)	Total (Reais)
Empréstimos					
Garantia real	62,1	12,8	5,8	0,0	80,7
Garantia flutuante	0	0	0	0	0
Quirografárias	120,9	169,9	19,1	0,0	309,9
Total	182,9	182,7	24,9	0,0	390,6

Observação: "Empréstimos com Garantia real" incluem os contratos celebrados com IXM S.A., Fideicomiso de Fomento Minero – FIFOMI e PPG Arizona Holdings – Pandion. "Empréstimos Quirografários" incluem os contratos celebrados com Banco Votorantim S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Atlantida S.A., Banco de Occidente S.A. e Itaú Unibanco S.A.

Últimas informações contábeis (31/12/2020)					
Tipo de Garantia	Inferior a um ano (US\$)	Um a três anos (US\$)	Três a cinco anos (US\$)	Superior a cinco anos (US\$)	Total (US\$)
Empréstimos					
Garantia real	11,3	2,3	1,1	0,0	14,7
Garantia flutuante	0	0	0	0	0
Quirografárias	22,1	31,0	3,5	0,0	56,6
Total	33,4	33,4	4,5	0,0	71,3

Observação: "Empréstimos com Garantia real" incluem os contratos celebrados com IXM S.A., Fideicomiso de Fomento Minero – FIFOMI e PPG Arizona Holdings – Pandion. "Empréstimos Quirografários" incluem os contratos celebrados com Banco Votorantim S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Atlantida S.A., Banco de Occidente S.A. e Itaú Unibanco S.A.

Exercício Social (31/12/2019)					
Tipo de Garantia (R\$ milhões)	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos					
Garantia real	41,1	30,8	6,9	-	78,8
Garantia flutuante	-	-	-	-	-
Quirografárias	48,0	42,8	3,5	-	94,3
Total	89,1	73,6	10,4	-	173,1

Exercício Social (31/12/2019)					
Tipo de Garantia	Inferior a um ano	Um a três anos (US\$)	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total (US\$)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	(US\$)		(US\$)	(US\$)	
Empréstimos					
Garantia real	10,2	7,7	1,7	-	19,6
Garantia flutuante	-	-	-	-	-
Quirografárias	11,9	10,6	0,9	-	23,4
Total	22,1	18,3	2,6	-	43,0

Para mais detalhe sobre a subordinação das dívidas, ver Seção 3.8 do formulário de referência.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições;

A Mineração Apoena S.A., subsidiária da Aura no Brasil, possui operações financeiras contratadas junto ao (i) Banco Santander (Brasil) S.A., com garantia da Companhia, possuindo restrições à transferência indireta de controle societário da devedora e de terceiros garantidores; (ii) Banco Votorantim S.A., com garantia da Companhia, possuindo restrições à transferência indireta de controle societário da devedora e de terceiros garantidores, bem como modificação na composição do capital social da devedora e de terceiros garantidores; (iii) Banco ABC Brasil S.A., que prevê restrições à alteração da composição de seu capital social, incorporação, fusão ou cisão e qualquer mudança direta ou indireta de controle da Mineração Apoena S.A.; e (iv) Itaú Unibanco S.A., Nassau ("Itaú Nassau"), que prevê restrições à (a) obtenção ou captação de financiamentos ou outros recursos por meio de instrumentos disponíveis no mercado financeiro relacionados às exportações de mercadorias ou serviços, nos quais sejam aplicados os recursos obtidos por meio do contrato de pré-pagamento à exportação celebrado com o Itaú Nassau; (b) realização de incorporação, consolidação, fusão, cisão, divisão, liquidação, extinção, dissolução, recuperação judicial ou reestruturação semelhante; (c) constituição, incorrência, assunção ou permissão de existência de gravames sobre a totalidade ou parte de seus empreendimentos, bens, ativos ou receitas, observadas as exceções previstas em tal contrato; (d) venda, transferência ou alienação de qualquer parte substancial de seus ativos; (e) mudança ou alteração do objeto social e/ou atividades realizadas pela Mineração Apoena S.A.; e (f) alteração ou modificação da composição de seu capital social, e à mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário.

O contrato celebrado com o Itaú Nassau, prevê, ainda, o cumprimento pela Mineração Apoena S.A. do seguinte índice financeiro: dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 1,0x, sendo: (i) "dívida líquida" definida como o valor da "dívida bancária" menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos); (ii) "dívida bancária" definida como a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/leasing financeiro e os títulos de renda fixa não conversíveis, frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional, e inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos); (iii) "EBITDA" definido como o resultado, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários; e (iv) "despesas financeiras" definida como o acumulado do ano fiscal corrente: taxas e despesas bancárias, a parcela de juros de quaisquer obrigações de pagamento diferido, todos os juros sobre o endividamento pagos ou provisionados, qualquer desconto

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

concedido, as perdas da inflação e outras perdas cambiais com efeito caixa não considerados na definição de EBITDA.

A Aranzazu Holding, S.A. de C.V., nossa subsidiária no México, possui uma operação financeira contratada junto à Louis Dreyfus Company Metals Suisse SA., que foi sucedida pela IXM Metals, possuindo restrições à (i) contratação de endividamento pela Aranzazu Holding, S.A. de C.V. ou pela Minerales de Occidente SA; (ii) alienação, pela devedora, pela Companhia, ou pela Minerales de Occidente SA, de ativos gravados no âmbito de referida operação financeira; (iii) transferência de controle (incluindo alienação substancial de ativos e/ou participação societária em subsidiária e operações de incorporação ou fusão) da devedora, da Companhia, ou da Minerales de Occidente SA; e (iv) distribuição de dividendos, recompra e resgate de valores mobiliários, pela devedora, pela Companhia, ou pela Minerales de Occidente SA, sendo certo que a restrição à distribuição será reduzida gradativamente, conforme a operação for amortizada, até seu vencimento, em julho de 2021, quando não haverá mais restrições à distribuição de dividendos relacionadas a esta operação. Ademais, referida operação financeira estabelece que a Companhia cumpra com os seguintes indicadores financeiros: (a) manutenção de índice de cobertura do serviço da dívida consolidada, pela Companhia, na forma e em patamar acordado entre as partes; e (b) manutenção de índice de cobertura da vida do empréstimo (*loan life cover ratio*), pela Companhia em patamar mínimo conforme acordado entre as partes, sendo índice de cobertura da vida do empréstimo (*loan life cover ratio*) definida como o fluxo de caixa projetado gerado pela Companhia entre a data de aferição e a data de vencimento da operação financeira (inclusive), dividido pelos pagamentos devidos a título de amortização no âmbito da operação financeira durante o mesmo período.

Os índices financeiros descritos acima foram cumpridos em 2018, 2019 e 2020. Durante o primeiro trimestre de 2021, Aranzazu pré-pagou o saldo em aberto do empréstimo.

O contrato de abertura de crédito celebrado entre a Aranzazu Holding, S.A. de C.V. e Fideicomiso de Fomento Minero (FIFOMI) possui certas restrições, nos termos de referido contrato, incluindo restrições para: (i) endividamento; (ii) outorga de empréstimos; (iii) oneração de ativos; (iv) fusão ou incorporação; (v) alienação de ativos; (vi) mudança da natureza dos negócios; (vii) distribuição de dividendos; e (viii) redução do capital social da devedora abaixo de determinado montante. Ademais, configuraram hipóteses de vencimento antecipado do contrato eventos de (a) alteração de controle; e (b) inadimplemento em outros contratos financeiros celebrados pelo devedor. Aranzazu tem opção de pré-pagar sua dívida com FIFOMI a qualquer momento sem penalidade, eliminando todas as obrigações do contrato de dívida.

A Minerales de Occidente SA celebrou contratos financeiros de longo prazo com o Banco de Occidente e o Banco Atlantida. O contrato celebrado com Banco Atlantida prevê a necessidade de notificação prévia do banco para transferência de controle da Minerales de Occidente SA., distribuição de dividendos, contratação de novos endividamentos e alienação de ativos.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 – Em Reais e dólares americanos

Demonstração consolidadas do resultado (R\$ milhões)

	30/12/2020	AV (%)	30/12/2019	AV (%)	Análise Horizontal
Receita líquida	1.570,0	100%	898,3	100%	75%
Custo dos produtos vendidos	920,6	59%	703,8	78%	31%
Lucro Bruto	649,5	41%	194,6	22%	234%
Despesas gerais e administrativas	95,5	6%	46,8	5%	104%
Despesas de tratamento e manutenção	8,2	1%	5,8	1%	41%
Gastos com exploração	28,3	2%	13,8	2%	104%
Lucro (Prejuízo) Operacional	517,5	33%	128,1	14%	304%
Despesas Financeiras	-48,4	-3%	-31,3	-3%	55%
Outras receitas (despesas)	-56,8	-4%	-27,2	-3%	109%
Prejuízo antes do imposto de renda	412,3	26%	69,6	8%	492%
Imposto de renda corrente e diferido	-27,3	-2%	34,6	4%	-179%
Prejuízo do período	385,0	25%	104,2	12%	269%

Demonstração consolidadas do resultado (US\$ milhões)

	30/12/2020	AV (%)	30/12/2019	AV (%)	Análise Horizontal
Receita líquida	299,9	100%	226,2	100%	33%
Custo dos produtos vendidos	178,0	59%	177,9	79%	0%
Lucro Bruto	121,9	41%	48,3	21%	153%
Despesas gerais e administrativas	18,4	6%	11,9	5%	55%
Despesas de tratamento e manutenção	1,6	1%	1,5	1%	5%
Gastos com exploração	5,4	2%	3,5	2%	53%
Lucro (Prejuízo) Operacional	96,5	32%	31,4	14%	208%
Despesas Financeiras	-9,3	-3%	-7,8	-3%	19%
Outras receitas (despesas)	-11,7	-4%	-6,9	-3%	70%
Prejuízo antes do imposto de renda	75,5	25%	16,7	7%	353%
Imposto de renda corrente e diferido	-7,0	-2%	8,2	4%	-185%
Prejuízo do período	68,5	23%	24,9	11%	175%

Análises das variações – Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 X exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019

Receita Líquida

De forma resumida, a receita líquida da Companhia é constituída pelo volume de metais vendidos pela Companhia multiplicado pelo preço desses metais no mercado – valores estes constituídos em dólares americanos –, deduzidos alguns custos de venda como royalties públicos, transporte,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

refino e comercialização, deduções de metal para o processamento do concentrado de Aranzazu, entre outros, fazendo com que a variação cambial seja um fator de relevante impacto em nosso resultado. O principal produto vendido pela Companhia é o lingote de ouro, seguido por concentrado de cobre e ouro.

A receita líquida do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 aumentou em R\$671 milhões (US\$ 73.672 milhões), um aumento de 75% em reais comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, como resultado de:

- Aumento na produção e, consequentemente no volume de vendas. Foram vendidas 194.675 GEO em 2020 (excluindo onças capitalizadas em EPP e Gold Road), um aumento de 10% em relação ao ano de 2019.
- Aumento no preço médio dos metais, principalmente do ouro. O preço médio do ouro alcançou US\$ 1.768 por onça em 2020, em comparação a US\$ 1.373 nos doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2019.

Custo dos Produtos Vendidos

O aumento dos custos de produção reconhecidos no resultado da Companhia para exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 alcançou R\$216,8 milhões (US\$ 0,1 milhão) em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente impactado pela depreciação do real frente ao dólar americano, e nessa moeda os custos permaneceram estáveis, apesar do aumento do volume de produção e do aumento de 10% na quantidade de onças vendidas (excluindo as onças capitalizadas). Desta forma, em dólares americanos, houve uma redução no custo caixa por GEO produzida durante o exercício de 2020. Os principais motivos para a redução do custo caixa por onça produzida durante o exercício social de 2020 foram: maior eficiência operacional, aumento no volume de produção e desvalorização do Real brasileiro e Peso mexicano em relação ao Dólar norte-americano.

Despesas Gerais e Administrativas

A Companhia incorreu em várias despesas gerais e administrativas não recorrentes no ano de 2020, tais como: despesas relacionadas à Oferta Secundária, despesas com aquisição, outras taxas legais despesas associadas à prevenção da Pandemia em nossas operações, despesas de DSU e outras.

Os honorários profissionais e de consultoria incluem despesas com os auditores da Companhia, que aumentaram devido às obrigações de apresentação de relatórios financeiros auditados no Brasil após a Companhia ter se tornado uma empresa listada na B3, incluindo a emissão de relatórios trimestrais e auditoria das demonstrações financeiras anuais por uma Empresa de Auditoria registrada no Brasil.

As taxas legais, de listagem e de agentes de transferência foram impactadas por despesas relacionadas à Oferta Secundária e à assessoria jurídica geral com relação à regulação do mercado valores mobiliários, revisão de planos de opção de compra de ações, consultoria para desdobramento de ações, assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia e outras consultas jurídicas.

O aumento nos valores dos seguros está principalmente relacionado ao aumento das coberturas de interrupção de propriedade e negócios, decorrente dos aumentos de produção e receitas e da aquisição da Gold Road. Adicionalmente, o aumento dos prêmios de diretores e executivos é resultado do maior valor de mercado da Companhia, da listagem de ações e das condições gerais do mercado de seguros. A categoria de fusões e aquisições (M&As) em despesas gerais e administrativas representa os custos incorridos com relação à aquisição da mina Gold Road.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

"Outros" inclui despesas gerais incorridas relacionadas a materiais e suprimentos adquiridos relacionados à Pandemia, especialmente em Aranzazu, assinaturas de TI/Software, material de escritório e outros itens.

Despesas de Tratamento e Manutenção

As despesas de tratamento e manutenção para os projetos Almas, Matupá e Tolda Fria representam principalmente custos relativos à manutenção de provisões adequadas para títulos mobiliários, contratos, licenças ambientais e manutenção adequada dos ativos. As despesas com tratamento e manutenção apresentaram pouca variação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020.

Gastos com Exploração

A despesa de exploração para a EPP e Aranzazu representa principalmente custos relacionados ao aumento dos esforços para descoberta de novas áreas potenciais de mineração. Na Gold Road, adquirida em 27 de março de 2020, despesas de exploração foram incorridas para detalhar as reservas e recursos da mina.

Despesas Financeiras

O aumento das despesas de juros sobre dívidas é principalmente devido ao aumento da dívida não garantida da Gold Road, que tem um custo implícito de 15,75% p.a. Para mais informações, consulte a Nota 13 das Demonstrações Financeiras.

O aumento nas despesas está relacionado às variações nas premissas durante 2019 para os novos ativos de direito de uso. Para mais informações, consulte a Nota 17 das Demonstrações Financeiras.

Outras Receitas (Despesas)

A perda líquida em opções de compra/venda e contratos a preço fixo para o ouro aumentou em 2020, já que os preços de mercado do ouro passaram de US\$ 1.392 para US\$ 1.768. Assim, visto que a Companhia possui hedges de curto, foram incorridos prejuízos realizados e não realizados com derivativos (collars a custo zero e a termo).

O ganho perda líquida em derivativos em moeda estrangeira e a perda cambial aumentaram em 2020 devido à desvalorização significativa do real brasileiro em relação ao dólar dos Estados Unidos.

O ganho na mudança do FV (valor justo) da nota promissória da MVV está relacionado a um contrato que a Companhia celebrou em 1 de dezembro de 2017, para vender a empresa Mineração Vale Verde, que detém o Projeto Serrote, por um valor agregado de US\$ 40 milhões. O valor de venda de US\$ 40 milhões foi composto de um pagamento em dinheiro de US\$ 30 milhões (pagos), bem como a entrega pelos compradores de uma nota promissória não garantida subordinada no valor principal de US\$ 10 milhões, a ser pago com 75% do excesso de caixa do projeto ter pago o "*project financing*" e as necessidades operacionais. A determinação da probabilidade de pagamento e do prazo de pagamento impactam significativamente o valor justo da nota promissória. Considerando os desenvolvimentos recentes relacionados ao Projeto Serrote, a Companhia estimou o valor justo da nota promissória em US\$ 2,5 milhões em 31 de dezembro de 2020. A Companhia continuará monitorando o projeto, com atenção especial para quando será declarada a produção comercial e quando os fluxos de caixa positivos começarão a ser gerados, a fim de reavaliar o valor justo a cada data de reporte.

Imposto de renda

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2020, o aumento na recuperação de impostos diferidos foi devido principalmente ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos relacionados a perdas contábeis e provisões em minas EPP por aproximadamente R\$130,4 milhões.

Lucro do período

Em 2020 a Companhia encerrou o período com lucro líquido R\$ 385,0 milhões, crescimento de R\$280,8 milhões em relação a 2019, principalmente devido ao crescimento do resultado operacional de R\$454,9 milhões; parcialmente compensado pelo crescimento de R\$ 61,9 milhões.em imposto de renda

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 – Em Reais e dólares americanos

Demonstração consolidadas do resultado (R\$ milhões)

	31/12 /2019	AV (%) 2019	31/12 /2018	AV (%) 2018	31/12 /2017	AV (%) 2017	Análise Horizont al 2019 x 2018	Análise Horizont al 2018 x 2017
Receita líquida	898,3	100%	570,7	100%	503,9	100%	57%	13%
Custo dos produtos vendidos	703,7	78%	510,6	89%	419,6	83%	38%	22%
Lucro Bruto	194,6	22%	60,1	11%	84,3	17%	224%	-29%
Despesas gerais e administrativas	46,8	5%	42,8	7%	45,0	9%	9%	-5%
Despesas de tratamento e manutenção	5,8	1%	19,1	3%	16,2	3%	-70%	18%
Gastos com exploração	13,8	2%	14,0	2%	5,7	1%	-1%	146%
Reversão de perda de valor recuperável (“impairment”)	-	0%	(204,3)	-36%	(32,5)	-6%	-100%	529%
Lucro Operacional	128,2	14%	188,5	33%	49,9	10%	-32%	278%
Ganho na aquisição da Rio Novo Gold Inc.	-	0%	71,3	12%	-	0%	-100%	0%
Reversão de ajuste de conversão cambial (Serrote)	-	0%	(51,7)	-9%	-	0%	-100%	0%
Ganho na venda da mineração Vale Verde Ltda. (Serrote)	-	0%	12,8	2%	-	0%	-100%	0%
Despesas Financeiras	(31,3)	-3%	(13,2)	-2%	(11,3)	-2%	137%	17%
Outras receitas (despesas)	(32,7)	-4%	4,1	1%	12,2	2%	-898%	-66%
Lucro antes do imposto de renda	64,2	7%	211,8	37%	50,8	10%	-70%	317%
Imposto de renda	40,0	4%	(18,8)	-3%	(17,7)	-4%	-313%	6%
Lucro líquido do exercício	104,2	12%	193,0	34%	33,1	7%	-46%	483%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demonstração consolidadas do resultado (US\$ milhões)

	31/12 /2019	AV (%) 2019	31/12 /2018	AV (%) 2018	31/12 /2017	AV (%) 2017	Análise Horizont al 2019 x 2018	Análise Horizont al 2018 x 2017
Receita líquida	226,2	100%	157,7	100%	157,7	100%	43%	0%
Custo dos Produtos Vendidos	177,9	79%	140,4	89%	131,3	83%	27%	7%
Lucro Bruto	48,3	21%	17,3	11%	26,4	17%	179%	(34%)
Despesas gerais e administrativas	11,9	5%	11,8	7%	14,1	9%	1%	(16%)
Despesas de tratamento e manutenção	1,5	1%	5,1	3%	5,0	3%	(71%)	2%
Gastos com exploração	3,5	2%	3,9	2%	1,8	1%	(10%)	117%
Reversão de perda de valor recuperável (“impairment”)	–	0%	(53,7)	(34%)	(10,0)	(6%)	(100%)	437%
Lucro Operacional	31,4	14%	50,2	32%	15,5	10%	(37%)	224%
Ganho na aquisição da Rio Novo Gold Inc.	–	0%	21,9	14%	–	0%	(100%)	0%
Reversão de ajuste de conversão cambial (Serrote)	–	0%	(15,9)	(10%)	–	0%	(100%)	0%
Ganho na venda da mineração Vale Verde Ltda. (Serrote)	–	0%	3,9	2%	–	0%	(100%)	0%
Despesas Financeiras	(7,8)	-3%	(3,6)	(2%)	(3,6)	(2%)	117%	0%
Outras receitas (despesas)	(8,2)	-4%	0,9	1%	3,8	2%	(1.011%)	(76%)
Lucro antes do imposto de renda	15,4	7%	57,4	36%	15,7	10%	(73%)	266%
Imposto de renda	9,5	4%	(5,4)	(3%)	(5,5)	(3%)	(276%)	(2%)
Lucro líquido do exercício	24,9	11%	52,0	33%	10,2	6%	(52%)	410%

Análises das variações - 2019 X 2018

Receita Líquida

De forma resumida, a receita líquida da Companhia é constituída pelo volume de metais vendidos pela Companhia multiplicado pelo preço desses metais no mercado – valores estes constituídos em dólares americanos –, fazendo com que a variação cambial seja um fator com relevante impacto em nosso resultado. O principal metal vendido pela Companhia é o ouro, seguido por concentrado de cobre.

A receita líquida da Companhia aumentou em 57% em Reais (43% em dólar americano, moeda funcional da companhia) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, quando comparada com o mesmo período de 2018, alcançando R\$ 898,3 milhões (US\$ 226,2 milhões) no exercício de 2019 contra R\$ 570,7 milhões em 2018 (US\$ 157,7 milhões). Esta variação é explicada principalmente pelos seguintes fatores:

- Aumento de receita líquida no montante de R\$ 272,3 milhões (US\$ 68,4 milhões) no Complexo Aranzazu pelo aumento da produção após declarar produção comercial em dezembro de 2018;
- Aumento de R\$ 36,8 milhões (US\$ 2,8 milhões) na receita líquida em EPP (Minas brasileiras). O principal motivo do aumento da receita líquida em Reais foi a desvalorização do Real frente

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ao dólar americano (em 2018, o câmbio observado foi de R\$3,62 por dólar americano, enquanto que, em 2019, foi de R\$ 3,97).

- Aumento da receita líquida no Complexo San Andres em R\$ 18,5 milhões devido principalmente a desvalorização cambial do Real frente ao dólar americano. Em dólares americanos, houve uma redução de US\$ 2,6 milhões na receita líquida, apesar do aumento do preço do ouro. Tal redução foi motivada por uma redução nas onças produzidas e vendidas no ano de 2019, reflexo da suspensão temporária de atividades no período compreendido entre dezembro 2018 e fevereiro 2019 por força da ocupação ilegal por alguns indivíduos. A suspensão de atividades ocasionou uma diminuição em nossa produção em 2019 quando comparado com 2018. A produção do primeiro e segundo trimestres de 2019 foram impactadas devido ao longo ciclo de produção utilizado no Complexo San Andrés, associado à lixiviação em pilhas – para mais informações sobre o processo em questão, ver Seção 7.3 do Formulário de Referência;

A receita líquida da companhia apresentou evolução ao longo do ano de 2019, atingindo seu pico durante o terceiro e quarto trimestre do ano devido, principalmente, a:

- Aumento gradual da produção no Complexo Aranzazu ao longo do ano de 2019, alcançando índices de produção próximos à plena capacidade a partir do terceiro trimestre;
- Retomada do ritmo de produção no Complexo San Andrés a partir do mês de julho, com aumento gradual da produção após a paralização temporária entre dezembro de 2018 e fevereiro de 2019
- Aumento do preço do ouro, conforme já comentado, – em 2019 o preço médio realizado por onça de ouro vendida (bruto) pela Companhia foi de US\$ 1.378 por Oz, enquanto que em 2018, o preço médio foi de US\$ 1.293 por Oz. A média de 2019 foi puxada pelos preços observados no segundo semestre.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos em questão contém os valores associados diretamente à produção dos minérios produzidos pela Companhia em seus Complexos de Aranzazu, San Andrés e EPP. Esses custos estão associados a empreiteiros, salários, depreciação e amortização das maquinarias de exploração, entre outros. À medida que a produção é maior, os custos da operação devem aumentar, acompanhando esse aumento de produção. O mesmo efeito deve ocorrer caso a produção diminua.

O custo dos produtos vendidos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 703,7 milhões (US\$ 177,9 milhões), um aumento de 38% em Reais (27% em dólares americanos) em relação ao valor de R\$ 510,6 milhões (US\$ 140,4 milhões) registrado no mesmo período em 2018. Esta variação é explicada principalmente pelo Complexo de Aranzazu, que foi retomando gradualmente a sua operação desde que declarou produção comercial em dezembro de 2018 – esse processo de aumento gradual da produção foi evidenciado trimestre a trimestre em 2019. Com o aumento na produção, consequentemente os custos associados também crescem – por este motivo é possível observar um aumento de custo de R\$ 215,7 milhões (US\$ 54,3 milhões) somente no Complexo Aranzazu no período.

Como percentual da receita líquida, o custo dos produtos vendidos foi reduzido em 11,0 pontos percentuais, passando de 89% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para 78% no mesmo período em 2019 (em Reais) e 10,0 pontos percentuais em termos de dólares americanos, passando de 89% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para 79% no mesmo período em 2019. O ganho de margem sobre o custo dos produtos vendidos no período é decorrente de uma melhora na eficiência operacional da Companhia, associado ao aumento de produção, ganho de escala com a reabertura de minas que se encontravam não operacionais e o aumento do preço médio do ouro.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro Bruto

Como resultado das variações de receita líquida e custo dos produtos vendidos explicados anteriormente, o lucro bruto aumentou em 224,0% em Reais (179% em dólar americano), alcançando R\$ 194,6 milhões (US\$ 48,3 milhões) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, contra R\$ 60,1 milhões (US\$ 17,3 milhões) para o mesmo período em 2018. A margem bruta é a razão entre lucro bruto e receita líquida e avançou 11,0 pontos percentuais, passando de 11,0% (em Reais) no período findo em 31 de dezembro de 2018, para 22,0% em 2019 (em Reais) e 0,0 pontos percentuais, passando de 10,0% para o período findo em 31 de dezembro de 2018 para 21% no mesmo período em 2019 (em dólares americanos)

Conforme abordado nos comentários sobre as variações da receita líquida, o lucro bruto apresentou ao longo do terceiro e quarto trimestre de 2019 um aumento significativo como resultado, principalmente, do aumento gradual da produção no Complexo Aranzazu em 2018, da maior estabilidade da operação do Complexo San Andrés e também da variação positiva do preço médio do ouro.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 46,8 milhões (US\$ 11,9 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 contra R\$ 42,8 milhões (US\$ 11,8 milhões) no exercício social anterior, representando um aumento de 9% em Reais (1% em dólares americanos) nesse período. As principais causas desse aumento foram a entrada em produção no Complexo Aranzazu e a desvalorização do Real frente ao dólar americano de 9%, ao longo do ano de 2019 – em 2018, o câmbio observado foi de R\$3,62 por dólar americano, enquanto em 2019, foi de R\$ 3,97.

Por outro lado, e como consequência do ganho de escala da Companhia, as despesas gerais e administrativas recuaram 3 pontos percentuais como percentual da receita líquida, passando de 8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para 5% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, tanto em Reais como dólares americanos.

Despesas de Tratamento e Manutenção

As despesas com tratamento e manutenção atingiram R\$ 5,8 milhões (US\$ 1,5 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 contra R\$ 19,1 milhões (US\$ 5,1 milhões) no exercício social anterior, representando uma redução de 70% em Reais (70% em dólares americanos) nesse período.

As principais causas para esta variação ocorreram pela entrada em operação do Complexo Aranzazu em 2018 – como a mina se encontrava em tratamento e manutenção, ao ser reativada, esses custos pararam de existir. Além disso, houve revisão e otimização de gastos no Complexo EPP e no Projeto São Francisco a partir de 2019.

Gastos com Exploração

As atividades em virtude de exploração envolvem a pesquisa de recursos minerais, a determinação da viabilidade técnica e a avaliação da viabilidade comercial de um recurso identificado. Os gastos com exploração, que incluem custos associados à pesquisa e à análise de dados históricos, coleta de dados, perfuração de exploração e amostragem, determinação dos requisitos de infraestruturas e preparação de estudos de viabilidade. Não houve mudanças significativas nessa conta no período de análise.

Reversão de Perda de Valor Recuperável (“*Impairment*”)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a companhia efetuou a reversão de provisão para perda de valor recuperável (“impairment”) no valor de R\$ 204,3 milhões (US\$ 53,7 milhões), relacionado à retomada das operações no Complexo Aranzazu, localizado no México.

Esta revisão significa que, com a retomada da operação, a Companhia tem um valor estimado recuperável para o Complexo Aranzazu, o qual estava nulo uma vez que o ativo se encontrava em tratamento e manutenção, sem geração de caixa.

Ganho na Aquisição de Rio Novo Gold Inc

Em março de 2018 a Companhia concluiu a incorporação da Rio Novo Gold. Operação realizada no exercício social encerrado em 2018 e não tendo impactos no exercício social encerrado em 2019.

A incorporação foi contabilizada como uma compra vantajosa e, como resultado, a Companhia reconheceu um ganho de R\$ 71,3 milhões (US\$ 21,9 milhões) associado à aquisição. Para maiores informações, vide Nota Explicativa 6 das Demonstrações Financeiras Consolidadas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Reversão de ajuste de conversão cambial relacionada (Serrote)

Em março de 2018, a Companhia encerrou a venda do projeto de Serrote por uma contraprestação total de US\$ 40 milhões. A contraprestação agregada compreendeu um pagamento em dinheiro de US\$ 30 milhões recebidos pela Companhia, bem como a entrega pelos compradores de uma nota promissória subordinada no valor principal de US\$ 10 milhões, pagável a partir de 75% do excesso de caixa do projeto após liquidação do Financiamento específico do projeto e requisitos de caixa operacional (contraprestação variável). A nota subordinada não garantida será reconhecida quando, no julgamento da administração, for provável que o pagamento ocorra.

Após a conclusão da transação, a Companhia transferiu os ajustes acumulados em moeda estrangeira relacionados ao Projeto Serrote para a demonstração do resultado (R\$ 51,7 milhões | US\$ 15,9 milhões).

Operação realizada no exercício social encerrado em 2018 e sem impactos no exercício social encerrado em 2019.

Ganho na venda da Mineração Vale Verde Ltda. (Serrote)

A transação, concluída em março de 2018, possuía um valor em livros diferente daquele pelo qual a empresa foi vendida – dado que a Companhia vendeu o ativo por um valor superior àquele registrado. Isso levou que a Companhia reconhecesse um ganho líquido de R\$ 12,8 milhões em sua demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Operação realizada no exercício social encerrado em 2018 e sem impactos no exercício social encerrado em 2019.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras apresentaram aumento de 137% em Reais (117% em dólares americanos) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, alcançando o valor de R\$31,3 milhões (US\$7,8 milhões) no final do exercício, contra uma despesa de R\$ 13,2 milhões (US\$ 3,6 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. As principais razões deste aumento foram: novos empréstimos e financiamentos para reiniciar as atividades no Complexo Aranzazu e para financiar, no Brasil, a abertura de mina de Ernesto no Complexo EPP, além de também

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

terem sido impactadas por ajuste a valor presente associado ao cálculo de provisão de fechamento.

Outras Receitas (Despesas)

Outras despesas alcançaram R\$ 32,7 milhões (US\$ 8,2 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um resultado positivo (receita) de R\$ 4,1 milhões (US\$ 0,9 milhão) no final do exercício de 2018. As principais razões deste aumento em despesas foram: perdas realizadas e não realizadas em 2019 com derivativos de ouro (R\$ 20,5 milhões | US\$ 4,7 milhões) e efeito de variação cambial (R\$ 9,0 milhões / US\$ 2,3 milhões) de Peso mexicano, Real, Lempira hondurenha e dólares canadenses vs. dólar americano nas Demonstrações Financeiras preparadas em dólar americano (moeda funcional da Companhia).

Imposto de renda

A receita (despesa) de imposto de renda alcançou, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, um resultado positivo de R\$ 40,0 milhões (US\$ 9,5 milhões), em comparação com uma despesa de R\$ 18,8 milhões (US\$ 5,4 milhões) para o mesmo período de 2018. A principal causa para o resultado positivo alcançado em 2019 foi o reconhecimento de imposto de renda deferido no valor de R\$ 70,3 milhões (US\$ 17,4 milhões) pela Aranzazu Holding. A razão desta contabilização em 2019 se deve aos lucros auferidos pela unidade de negócios durante o exercício e a expectativa da administração sobre lucros futuros.

Lucro líquido do exercício

O lucro do exercício alcançou R\$ 104,2 milhões (US\$ 24,9 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um lucro do exercício de R\$ 193,0 milhões (US\$ 52,0 milhões) no exercício social encerrado em dezembro de 2018.

Essa redução no lucro do exercício se deu pelos motivos acima apresentados. Vale destacar: (i) em 2018, foi observado um ganho não recorrente pela reversão de *impairment*, relacionado à retomada das operações no Complexo Aranzazu; (ii) em 2019, houve melhora na eficiência operacional dos Complexos, associado ao aumento de produção e ganho de escala com a reabertura de minas que se encontravam não operacionais.

Análises das variações - 2018 x 2017

Receita Líquida

A Receita Líquida da Companhia aumentou em 13% em Reais (0,0% em dólar americano) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, quando comparada com o mesmo período de 2017. Em 2018, alcançou R\$ 570,7 milhões (US\$ 157,7 milhões), enquanto que, em 2017, o valor observado foi de R\$ 503,9 milhões em 2017 (US\$ 157,7 milhões). De maneira geral, o principal fator para o aumento da Receita Líquida reportada em Reais foi a desvalorização do Real frente ao dólar americano (em 2017, o câmbio observado foi de R\$ 3,19 por dólar americano, enquanto que, em 2018, foi de R\$ 3,62).

Em cada um dos segmentos, tivemos os seguintes impactos sobre a Receita Líquida:

- Aumento da receita líquida no montante de R\$ 8,5 milhões (US\$ 2,3 milhões) devido à venda de concentrado de cobre com o início de produção comercial do Complexo Aranzazu em 10 de dezembro de 2018;
- Aumento da receita líquida no montante de R\$ 70,3 milhões (US\$ 12,3 milhões) proveniente do Complexo EPP (Minas Brasileiras) em 2018, como efeito do aumento de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

16% da produção em relação ao ano de 2017 (59,3 kOz comparado a 51,2 kOz) e aumento de vendas, consequência de aumento de na produtividade nas minas do Complexo de EPP, além da desvalorização cambial para a receita líquida reportada em Reais, conforme já mencionado.

- Redução da receita líquida no montante de R\$ 12,0 milhões (US\$ 14,7 milhões) do Complexo San Andrés, como efeito da redução dos teores de ouro no minério e menor recuperação na planta, reflexo principalmente de pequenas interrupções durante o segundo semestre de 2018 e paralização temporária à propriedade. Tais interrupções e suspensão temporária das atividades ocasionou uma diminuição produção em 2018 quando comparado com 2017 (63,6 kOz comparado a 82,3 kOz).

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos do exercício social fendo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 510,6 milhões, (US\$ 140,4 milhões), um aumento de 22% em Reais (7% em dólares americanos) em relação ao valor de R\$ 419,6 milhões (US\$ 131,3 milhões) no mesmo período em 2017. Esta variação é explicada principalmente pelos seguintes fatores:

- Aumento de custo de R\$ 48,8 milhões (US\$ 6,9 milhões) no Complexo EPP (Minas Brasileiras), principalmente devido ao aumento da produção em relação ao ano anterior. A variação em dólares americanos foi mais baixa devido à desvalorização do Real no período.
- Aumento de custo de R\$ 36,0 milhões (US\$ 0,5 milhão) no Complexo San Andrés, principalmente devido à desvalorização do Real no período, uma vez que o custo dos produtos vendidos em dólares americanos praticamente não apresentou variação.
- Declaração de operação comercial do Complexo Aranzazu em dezembro de 2018 e consequente contabilização dos custos associados. Por este motivo é possível perceber um aumento de custo de R\$ 6,1 milhões (US\$ 1,7 milhão) no Complexo Aranzazu.

Como percentual da receita líquida, o custo dos produtos vendidos aumentou em 6 pontos percentuais, passando de 83% no exercício social fendo em 31 de dezembro de 2017 para 89% no mesmo período em 2018, tanto em Reais como em dólares americanos, principalmente pela baixa produção do Complexo San Andrés no segundo semestre de 2018 conforme já mencionado

Lucro Bruto

Como resultado das variações de receita líquida e custo dos produtos vendidos explicadas acima, o lucro bruto foi reduzido em 29% em Reais (34% em dólares americanos), alcançando R\$ 60,1 milhões (US\$ 17,3 milhões) para o exercício social fendo em 31 de dezembro de 2018, em relação a R\$ 84,3 milhões (US\$ 26,4 milhões) para o mesmo período em 2017. O lucro bruto (razão entre lucro bruto e receita líquida) recuou 6 pontos percentuais, passando de 17% no período fendo em 31 de dezembro de 2017, para 11% no mesmo período de 2018 (em Reais e em dólares americanos).

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 42,8 milhões (US\$ 11,8 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 contra R\$ 45,0 milhões (US\$ 14,1 milhões) no exercício social anterior, representando uma redução de 5% em Reais (16,3% em dólares americanos). As principais causas dessa redução foram as despesas não recorrentes incorridas em 2017 associadas à venda da Mineração Vale Verde e à incorporação da Rio Novo Gold, além de custos não recorrentes de consultoria e estudos técnicos para a reabertura do Complexo Aranzazu.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Como percentual da receita líquida, as despesas gerais e administrativas recuaram 1 ponto percentual, passando de 9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para 8% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 em Reais e recuaram 2 pontos percentual, passando de 9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para 7% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 em dólares americanos.

Despesas com Tratamento e Manutenção

As despesas com tratamento e manutenção atingiram R\$ 19,1 milhões (US\$ 5,1 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 contra R\$ 16,2 milhões (US\$ 5,0 milhões) no exercício social anterior, representando um aumento de 18% em Reais (2% em dólares americanos).

A principal causa do aumento de despesas de tratamento e manutenção em Reais foi o efeito de variação cambial (desvalorização do Real frente ao dólar americano no período), que representou 90% da variação total, ou seja, R\$ 2,6 milhões.

Gastos com Exploração

As despesas com exploração atingiram R\$ 14,0 milhões (US\$ 3,9 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, um aumento de 146% em relação ao mesmo período do ano em 2017, quando alcançaram R\$ 5,7 milhões (US\$ 1,8 milhões). Tais despesas aumentaram como resultado da estratégia da Companhia em focar no desenvolvimento dos ativos operacionais e aumentar seus recursos e reservas e a vida das minas.

Reversão de Perda de Valor Recuperável (“*Impairment*”)

Em dezembro de 2017, a Companhia anunciou que entraria em negociação de venda do projeto Serrote da Laje pelo valor de US\$ 40 milhões. Desta maneira, a Companhia efetuou uma reversão de provisão de perda de valor recuperável, anteriormente realizada, que levou a um resultado positivo de US\$ 10,0 milhões (R\$ 32,5 milhões) em 2017.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou reversão de provisão para perda de valor recuperável no valor de R\$ 204,3 milhões (US\$ 53,7 milhões), relacionado à retomada das operações na mina do Complexo Aranzazu, México.

Ganho na aquisição da Rio Novo Gold Inc

Os ativos e passivos identificados, que incluíam outros ativos, ativo imobilizado, outras contas a pagar e empréstimos, foram registrados pelos seus valores justos estimados, que excederam o valor justo do preço de compra do negócio. Dessa forma, a aquisição foi contabilizada como uma compra vantajosa e, como resultado, a Companhia reconheceu, ao longo do exercício de 2018, um ganho associado à aquisição no valor de R\$ 71,3 milhões (US\$ 21,9 milhões).

Reversão de ajuste de conversão cambial relacionadas à Serrote

Após a conclusão da transação em 2018, a Companhia transferiu os ajustes acumulados em moeda estrangeira relacionados ao Projeto Serrote para a demonstração do resultado (R\$ 51,7 milhões | US\$ 15,9 milhões).

Operação realizada no exercício social encerrado em 2018 e sem impactos no exercício social encerrado em 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ganho na venda da Mineração Vale Verde Ltda. (Serrote)

A transação, concluída em março de 2018, foi realizado um ganho líquido (valor de venda superior ao valor registrado nos livros contábeis) de R\$ 12,8 milhões (US\$ 3,9 milhões), reconhecido na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Operação realizada no exercício social encerrado em 2018 e sem impactos no exercício social encerrado em 2017.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras apresentaram aumento de 17% em Reais (0% em dólares americanos) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, com valor de R\$ 13,2 milhões (US\$3,6 milhões) no final do exercício, contra uma despesa de R\$ 11,3 milhões (US\$ 3,6 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O efeito da variação cambial (desvalorização do Real frente ao dólar americano no período) explica 95% desse aumento.

Outras Receitas (Despesas)

Outras receitas alcançaram R\$ 4,1 milhões (US\$ 0,9 milhão) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, contra um resultado também positivo de R\$ 12,2 milhões (US\$ 3,8 milhões) no final do exercício de 2017, representando uma redução de 66% em outras receitas. As principais razões desta variação foram: recuperação de impostos em 2017 em Brasil e Honduras no valor total de R\$ 28,0 milhões, (US\$ 8,7 milhões) e um resultado negativo de derivativos financeiros em 2017 no valor de R\$ 8,7 milhões. (US\$ 2,7 milhões)

Imposto de renda

As despesas com imposto de renda mantiveram-se relativamente estáveis, R\$ 18,8 milhões (US\$ 5,4 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, vs. uma despesa de R\$ 17,7 milhões (US\$ 5,5 milhões) no exercício social encerrado em dezembro de 2017.

Lucro líquido do exercício

O lucro do exercício alcançou R\$ 193,0 milhões (US\$ 52,0 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, contra um lucro do exercício de R\$ 33,1 milhões (US\$ 10,2 milhões) no exercício social encerrado em dezembro de 2017.

Essa variação se deu pelos motivos acima apresentados, nesta Seção do Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 – em Reais e em dólares americanos

Balanços Patrimoniais Consolidados (R\$ milhões)

ATIVO	31/12/2020	AV (%) 31/12/2020	31/12/2019	AV (%) 31/12/2019	AH 31/12/2020 x 31/12/2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	612,1	22%	156,7	11%	291%
Caixa restrito	1,8	0%	0,9	0%	91%
Impostos a recuperar e outros créditos	185,8	7%	126,8	9%	47%
Estoques	241,9	9%	135,2	10%	79%
Outros ativos circulantes	88,0	3%	24,7	2%	256%
Total Ativo Circulante	1.129,5	41%	444,4	31%	154%
Não circulante					
Outros ativos realizáveis a longo prazo	53,0	2%	39,3	3%	35%
Imobilizado	1.409,1	51%	856,5	61%	65%
Imposto de renda diferido ativo	194,7	7%	72,6	5%	168%
Total ativo não circulante	1.656,9	59%	968,4	69%	71%
Total do Ativo	2.786,4	100%	1.412,8	100%	97%
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	378,8	14%	229,7	16%	65%
Instrumentos financeiros derivativos	0,8	0%	0,9	0%	-11%
Empréstimos de curto prazo	148,0	5%	89,1	6%	66%
Impostos a pagar	86,4	3%	24,8	2%	248%
Outras obrigações correntes	13,3	0%	7,8	1%	70%
Total passivo circulante	627,3	23%	352,4	25%	78%
Não circulante					
Empréstimos	218,0	8%	84,0	6%	159%
Imposto de renda diferido passivo	56,3	2%	33,5	2%	68%
Provisão para fechamento e restauração de minas	205,0	7%	121,5	9%	69%
Outras provisões	49,6	2%	30,6	2%	62%
Outros passivos	5,2	0%	2,3	0%	133%
Total passivo não circulante	534,0	19%	271,9	19%	96%
Patrimônio líquido					
Capital social	3.211,9	115%	2.294,6	162%	40%
Ágio na subscrição de ações	290,3	10%	223,4	16%	30%
Outros resultados abrangentes	24,8	1%	21,7	2%	14%
Prejuízos acumulados	(1.901,9)	-68%	(1.751,2)	-124%	9%
Total do patrimônio líquido	1.625,1	58%	788,5	56%	106%
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.786,4	100%	1.412,8	100%	97%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balanços Patrimoniais Consolidados (US\$ milhões)

ATIVO	31/12/2020	AV (%) 31/12/2020	31/12/2019	AV (%) 31/12/2019	AH 31/12/2020 x 31/12/2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	117,8	7%	38,9	11%	203%
Caixa restrito	0,3	0%	0,2	0%	48%
Impostos a recuperar e outros créditos	35,8	7%	31,5	9%	14%
Estoques	46,5	9%	33,5	10%	39%
Outros ativos circulantes	16,9	5%	6,1	2%	176%
Total Ativo Circulante	217,4	29%	110,2	31%	97%
Não circulante					
Outros ativos realizáveis a longo prazo	10,2	2%	9,8	3%	5%
Imobilizado	271,2	66%	212,5	61%	28%
Imposto de renda diferido ativo	37,5	3%	18,0	5%	108%
Total ativo não circulante	318,8		240,3		
Total do Ativo	536,2	100%	350,5	100%	53%
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	72,9	14%	57,0	16%	28%
Instrumentos financeiros derivativos	0,2	0%	0,2	0%	-31%
Empréstimos de curto prazo	28,5	5%	22,1	6%	29%
Impostos a pagar	16,6	3%	6,2	2%	170%
Outras obrigações correntes	2,6	0%	1,9	1%	32%
Total passivo circulante	120,7	23%	87,4	25%	38%
Não circulante					
Empréstimos	41,9	8%	20,9	6%	101%
Imposto de renda diferido passivo	10,8	2%	8,3	2%	31%
Provisão para fechamento e restauração de minas	39,4	7%	30,1	9%	31%
Outras provisões	9,5	2%	7,6	2%	26%
Outros passivos	1,0	0%	0,6	0%	68%
Total passivo não circulante	102,8	19%	67,5	19%	52%
Patrimônio líquido					
Capital social	618,1	115%	569,3	162%	9%
Ágio na subscrição de ações	55,9	10%	55,4	16%	1%
Outros resultados abrangentes	4,8	1%	5,4	2%	-12%
Prejuízos acumulados	(366,0)	-68%	(434,5)	-124%	-16%
Total do patrimônio líquido	312,7	58%	195,6	56%	60%
Total do passivo e do patrimônio líquido	536,2	100%	350,5	100%	53%

Análises das variações – 31 de dezembro de 2020 x 31 de dezembro de 2019

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

O valor em caixa e equivalentes em caixa alcançou R\$ 612,1 milhões (US\$ 117,8 milhões) em 31 de dezembro de 2020, um aumento de 291% em Reais (redução de 203% em dólares americanos) em relação a 31 de dezembro de 2019, quando encerrou em R\$ 156,7 milhões (US\$ 38,9 milhões). As principais fontes do caixa ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram a captação primária por meio de oferta pública primária e secundária inicial com esforços restritos de colocação de recibos de depósito brasileiros (“BDR”), e caixa gerado pelas atividades operacionais, enquanto os principais usos foram aquisição de ativo imobilizado, pagamento de dividendos e pagamento de empréstimos de curto prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Impostos a recuperar e outros créditos

A Companhia possuía R\$ 185,0 milhões (US\$ 35,8 milhões) em impostos sobre o valor adicionado e outros créditos em 31 de dezembro de 2020, um aumento de 47% em Reais (aumento de 14% em dólares americanos) em relação a 31 de dezembro de 2019, quando encerrou em R\$ 185,8 milhões (US\$ 35,8 milhões).

Estoques

Em 31 de dezembro de 2020, os Estoques da Companhia eram de R\$ 241,9 milhões (US\$ 46,5 milhões), um acréscimo de 79% em Reais (39% em dólares americanos) em relação ao valor registrado em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 135,2 milhões (US\$ 33,5 milhões). Devido a desvalorização do Real em relação dólar americano no período, o maior volume de produtos acabados e em processo e a aquisição de Gold Road, com a inclusão do balanço de estoques da nova subsidiária.

Em relação ao total do ativo, estoques representavam 9% em 31 de dezembro de 2021, frente a 10% em 31 de dezembro de 2019, tanto em Reais quanto dólares americanos.

Outros ativos circulantes

Em 31 de dezembro de 2020, os outros ativos circulantes da Companhia eram de R\$ 88,0 milhões (US\$ 16,9 milhões), um acréscimo de 256% em Reais (176% em dólares americanos) em relação ao valor registrado em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 24,7 milhões (US\$ 6,1 milhões). O principal motivo do aumento do saldo foram: (i) o reconhecimento contábil do valor justo da opção de dívida da Pandion; (ii) despesas capitalizadas de IPO, relacionadas à oferta pública inicial de ações; e (iii) aumento do saldo de despesas antecipadas.

Ativo não circulante

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo imobilizado da Companhia era de R\$ 1.409,1 milhões (US\$ 271,2 milhões), um acréscimo de 65% em Reais (28% em dólares americanos) em relação ao valor registrado em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 856,5 milhões (US\$ 212,5 milhões). Os principais motivos do aumento do saldo em Reais foram a desvalorização do Real frente ao dólar americano no período (resultado da conversão para moeda estrangeira) e a aquisição do Projeto Gold Road. Em relação ao total do ativo, o ativo imobilizado representava 51% em 31 de dezembro de 2020, frente a 61% em 31 de dezembro de 2019, tanto em Reais quanto dólares americanos.

Imposto de renda diferido ativo

A Companhia possuía R\$ 194,7 milhões (US\$ 37,5 milhões) em ativo fiscal diferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, o valor era R\$ 72,6 milhões (US\$ 18,0 milhões).

Passivo circulante

Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de fornecedores e outras contas a pagar era de R\$ 378,8 milhões (US\$ 72,9 milhões), um aumento de 65% em Reais (28% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 229,7 milhões (US\$ 57,0 milhões) registrados em 31 de dezembro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, fornecedores e outras contas a pagar representavam 14% em 31 de dezembro de 2020, frente a 16% em 31 de dezembro de 2019, tanto em Reais quanto dólares americanos.

Empréstimos de Curto Prazo

Em 30 de junho de 2020, o saldo de empréstimos de curto prazo era de R\$ 148,0 milhões (US\$ 28,5 milhões), um aumento de 66% em Reais (29% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 89,1 milhões (US\$ 22,1 milhões) registrados em 31 de dezembro de 2019. Os principais motivos do aumento foram empréstimo relativo à aquisição de Gold Road e a desvalorização do Real frente ao dólar americano no período, uma vez que parcela majoritária dos empréstimos da Companhia são contratos em dólares americanos, e a reclassificação de longo para curto prazo de parte dos saldos em aberto.

Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, empréstimos e financiamentos de curto prazo representavam 5% em 31 de dezembro de 2020, frente a 6% em 31 de dezembro de 2019, tanto em Reais quanto dólares americanos.

Passivo não circulante

Empréstimos de Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de empréstimos de longo prazo era de R\$ 218,0 milhões (US\$ 41,9 milhões), um aumento de 159% em Reais (101% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 84,0 milhões (US\$ 20,9 milhões) registrados em 31 de dezembro de 2019. Os principais motivos do aumento foram a aquisição do Projeto Gold Road em 27 de março de 2020, onde a Companhia assumiu uma dívida contabilizada pelo valor de R\$ 128,8 milhões (US\$ 25,2 milhões) e a desvalorização do Real frente ao dólar americano no período, uma vez que parcela majoritária dos empréstimos da Companhia são contratos em dólares americanos.

Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, empréstimos e financiamentos de longo prazo representavam 8% em 31 de dezembro de 2020, frente a 6% em 31 de dezembro de 2019, tanto em Reais quanto dólares americanos.

Imposto de renda diferido passivo

Em 31 de dezembro de 2020, o imposto de renda diferido passivo era de R\$ 56,3 milhões (US\$ 10,8 milhões), um aumento de 68% em Reais (31% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 33,5 milhões (US\$ 8,3 milhões) provisionados em 31 de dezembro de 2019.

Provisão para fechamento e restauração de minas

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para fechamento e restauração de minas era de R\$ 205,0 milhões (US\$ 39,4 milhões), um aumento de 69% em Reais (31% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 121,5 milhões (US\$ 30,1 milhões) provisionados em 31 de dezembro de 2019. Aumento se deve principalmente à compensação de três itens: 1) uma diminuição nas mudanças nas estimativas de recuperação e custos de restauração na mina de Aranzazu devido a informações novas e atualizadas e 2) um aumento nas estimativas de recuperação e custos de restauração em Honduras; e 3) devido a mudanças nas taxas de desconto e taxas de inflação em todas as minas.

Outras provisões

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de outras provisões era de R\$ 49,6 milhões (US\$ 9,5 milhões), um aumento de 69% em Reais (26% em dólares americanos) em comparação aos R\$

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

30,6 milhões (US\$ 7,6 milhões) provisionados em 31 de dezembro de 2019. Esta variação se deve principalmente em decorrência da desvalorização do Real frente ao dólar americano e a atualização do saldo de provisões trabalhistas.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$ 1.625,1 milhões (US\$ 312,7 milhões), um aumento de 106% em Reais (aumento de 60% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 788,5 milhões (US\$ 195,6 milhões) registrados em 31 de dezembro de 2019. Esta variação em Reais ocorreu principalmente em decorrência do aumento do capital social em função da a oferta pública primária e secundária com esforços restritos de colocação de certificados de depósito brasileiros - BDR, com cada BDR representando uma ação da Aura.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Consolidadas em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 – em Reais e em dólares americanos

Balanços Patrimoniais Consolidados (R\$ milhões)

ATIVO	31/12/2019	AV (%) 2019	31/12/2018	AV (%) 2018	31/12/2017	AV (%) 2017	Análise Horizontal 2019 x 2018	Análise Horizontal 2018 x 2017
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	156,7	11%	40,7	3%	39,0	6%	285%	4%
Caixa restrito	0,9	0%	–	0%	–	0%	0%	0%
Aplicações financeiras	–	0%	39,3	3%	–	0%	-100%	0%
Impostos a recuperar e outros créditos	126,8	9%	94,5	8%	43,5	7%	34%	117%
Estoques	135,2	10%	133,5	11%	127,3	21%	1%	5%
Ativos destinados à venda	–	0%	–	0%	80,9	13%	0%	-100%
Outros ativos circulantes	24,7	2%	21,8	2%	9,9	2%	13%	120%
Total Ativo Circulante	444,4	31%	329,8	28%	300,6	49%	35%	10%
Não circulante								
Ativo realizável a longo prazo	39,3	3%	42,6	4%	48,6	8%	-8%	-12%
Imobilizado	856,5	61%	795,1	68%	267,0	43%	8%	198%
Imposto de renda diferido ativo	72,6	5%	–	0%	–	0%	0%	0%
Total ativo não circulante	968,4	69%	837,7	72%	315,6	51%	16%	165%
Total do Ativo	1.412,8	100%	1.167,5	100%	616,2	100%	21%	89%
PASSIVO								
Circulante								
Fornecedores e outras contas a pagar	229,7	16%	195,3	17%	118,5	19%	18%	65%
Instrumentos financeiros derivativos	0,9	0%	3,5	0%	3,0	0%	-74%	17%
Empréstimos de curto prazo	89,1	6%	46,5	4%	59,7	10%	92%	-22%
Impostos a pagar	24,8	2%	8,0	1%	16,7	3%	210%	-52%
Outras obrigações correntes	7,9	1%	5,2	0%	6,5	1%	52%	-20%
Total passivo circulante	352,4	25%	258,5	22%	204,4	33%	36%	26%
Não circulante								
Empréstimos	84,0	6%	72,1	6%	26,3	4%	17%	174%
Imposto de renda diferido passivo	33,5	2%	33,1	3%	6,0	1%	1%	452%
Provisão para fechamento e restauração de minas	121,5	9%	99,6	9%	70,5	11%	22%	41%
Outras provisões	30,6	2%	25,4	2%	24,7	4%	20%	3%
Outros passivos	2,3	0%	2,9	0%	4,5	1%	-21%	-36%
Total passivo não circulante	271,9	19%	233,1	20%	132,0	21%	17%	77%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Patrimônio líquido

Capital social	2.294,6	162%	2.205,0	189%	1.813,5	294%	4%	22%
Ágio na subscrição de ações	223,4	16%	214,1	18%	180,9	29%	4%	18%
Outros resultados abrangentes	21,7	2%	24,9	2%	(33,2)	-5%	-13%	-175%
Prejuízos acumulados	(1.751,2)	-124%	(1.768,1)	-151%	(1.681,4)	-273%	-1%	5%
Total do patrimônio líquido	788,5	56%	675,9	58%	279,8	45%	17%	142%
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.412,8	100%	1.167,5	100%	616,2	100%	21%	89%

Balanços Patrimoniais Consolidados (US\$ milhões)

ATIVO	31/12/2019	AV (%) 2019	31/12/2018	AV (%) 2018	31/12/2017	AV (%) 2017	Análise Horizontal 2019 x 2018	Análise Horizontal 2018 x 2017
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	38,9	11%	10,5	3%	11,8	6%	270%	-11%
Caixa restrito	0,2	0%	—	0%	—	0%	0%	0%
Aplicações financeiras	—	0%	10,1	3%	—	0%	-100%	0%
Impostos a recuperar e outros créditos	31,5	9%	24,4	8%	13,1	7%	29%	86%
Estoques	33,5	10%	34,5	11%	38,5	21%	-3%	-10%
Ativos destinados à venda	—	0%	—	0%	24,5	13%	0%	-100%
Outros ativos circulantes	6,1	2%	5,6	2%	3,0	2%	9%	87%
Total Ativo Circulante	110,2	31%	85,1	28%	90,9	49%	29%	-6%
Não circulante								
Ativo realizável a longo prazo	9,8	3%	11,0	4%	14,7	8%	-11%	-25%
Imobilizado	212,5	61%	205,2	68%	80,7	43%	4%	154%
Imposto de renda diferido ativo	18,0	5%	—	0%	—	0%	0%	0%
Total ativo não circulante	240,3	69%	216,2	72%	95,4	51%	11%	127%
Total do Ativo	350,5	100%	301,3	100%	186,3	100%	16%	62%
PASSIVO								
Circulante								
Fornecedores e outras contas a pagar	57,0	16%	50,4	17%	35,8	19%	13%	41%
Instrumentos financeiros derivativos	0,2	0%	0,9	0%	0,9	0%	-78%	0%
Empréstimos de curto prazo	22,1	6%	12,0	4%	18,1	10%	84%	-34%
Impostos a pagar	6,2	2%	2,1	1%	5,0	3%	195%	-58%
Outras obrigações correntes	1,9	1%	1,3	0%	2,0	1%	46%	-35%
Total passivo circulante	87,4	25%	66,7	22%	61,8	33%	31%	8%
Não circulante								
Empréstimos	20,9	6%	18,6	6%	8,0	4%	12%	133%
Imposto de renda diferido passivo	8,3	2%	8,5	3%	1,8	1%	-2%	372%
Provisão para fechamento e restauração de minas	30,1	9%	25,7	9%	21,3	11%	17%	21%
Outras provisões	7,6	2%	6,6	2%	7,5	4%	15%	-12%
Outros passivos	0,6	0%	0,7	0%	1,4	1%	-14%	-50%
Total passivo não circulante	67,5	19%	60,1	20%	40,0	21%	12%	50%
Patrimônio líquido								
Capital social	569,3	162%	569,1	189%	548,2	294%	0%	4%
Ágio na subscrição de ações	55,4	16%	55,3	18%	54,6	29%	0%	1%
Outros resultados abrangentes	5,4	2%	6,4	2%	(10,0)	-5%	-16%	-164%
Prejuízos acumulados	(434,5)	-124%	(456,3)	-151%	(508,3)	-273%	-5%	-10%
Total do patrimônio líquido	195,6	56%	174,4	58%	84,6	45%	12%	106%
Total do passivo e do patrimônio líquido	350,5	100%	301,3	100%	186,3	100%	16%	62%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Análises das variações - 2019 x 2018

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

O valor em caixa e equivalentes em caixa alcançou R\$ 156,7 milhões (US\$ 38,9 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 285% em Reais (270% em dólares americanos) em relação ao mesmo período em 2018, quando encerrou em R\$ 40,7 milhões (US\$ 10,5 milhões). As principais fontes de caixa ao longo de 2019 foram a geração operacional e a contratação de empréstimos e financiamentos juntos a instituições financeiras.

Aplicações Financeiras

A Companhia encerrou o exercício social de 2019 sem saldo de aplicações financeiras. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía R\$ 39,3 milhões (US\$ 10,1 milhões) na mesma rubrica, com vencimento em prazo superior a 3 meses. O saldo de aplicações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2018 foi transferido para a conta caixa e equivalentes em caixa ao longo do exercício social de 2019.

Impostos a recuperar e outros créditos

A Companhia possuía R\$ 126,8 milhões (US\$ 31,5 milhões) em impostos sobre o valor adicionado e outros créditos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 34% em Reais (29% em dólares americanos) em relação ao mesmo período em 2018, quando encerrou em R\$ 94,5 milhões (US\$ 24,4 milhões). O aumento do saldo no período deve-se principalmente ao aumento do contas a receber no Complexo Aranzazu em 31 de dezembro de 2019, em comparação a mesma data do ano anterior, e em impostos a recuperar nas diferentes jurisdições onde a companhia atua. Ao longo do exercício de 2019, a Companhia recuperou impostos sobre valor adicionado nas três jurisdições onde possui operação.

Ativo não circulante

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo imobilizado da Companhia era de R\$ 856,5 milhões (US\$ 212,5 milhões), um acréscimo de 8% em Reais (4% em dólares americanos) em relação ao valor registrado em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 795,1 milhões (US\$ 205,2 milhões). O principal motivo do aumento do saldo foram adições ao ativo imobilizado, sobretudo investimentos realizados no Complexo Aranzazu durante o exercício de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo imobilizado representava 61% em 31 de dezembro de 2019, frente a 68% em 31 de dezembro de 2018, tanto em Reais quanto dólares americanos.

Imposto de renda diferido ativo

A Companhia possuía R\$ 72,6 milhões (US\$ 18,0 milhões) em ativo fiscal diferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. No exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2018, o valor era nulo. O aumento deve-se a reversão de *impairment* fiscal no Complexo Aranzazu, como resultado de lucros auferidos no exercício de 2019 e expectativa da administração da Companhia para lucros nos exercícios seguintes.

Passivo circulante

Fornecedores e outras contas a pagar

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de fornecedores e outras contas a pagar era de R\$ 229,7 milhões (US\$ 57,0 milhões), um aumento de 18% em Reais (13% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 195,3 milhões (US\$ 50,4 milhões) registrados em 31 de dezembro de 2018. Os principais motivos do aumento foram a retomada gradual da produção das atividades no Complexo Aranzazu, com consequente acréscimo do volume de compras, e alongamento no prazo de pagamento de fornecedores no Complexo EPP. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, fornecedores e outras contas a pagar representavam 16% em 31 de dezembro de 2019 e 17% em 31 de dezembro de 2018, tanto em Reais quanto dólares americanos.

Empréstimos e Financiamentos – Curto Prazo

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo era de R\$ 89,1 milhões (US\$ 22,1 milhões), um aumento de 92% em Reais (84% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 46,5 milhões (US\$ 12,0 milhões) registrados em 31 de dezembro de 2018. O principal motivo do aumento foram empréstimos e financiamento obtidos pelo Complexo EPP para a abertura da mina Ernesto, além de reclassificação de parte da dívida, principalmente do Complexo Aranzazu, de longo para curto prazo durante o exercício de 2019.

Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, empréstimos e financiamentos de curto prazo representavam 6% em 31 de dezembro de 2019 e 4% em 31 de dezembro de 2018, tanto em Reais quanto dólares americanos.

Em janeiro de 2020, a Apoena e o Banco Santander Brasil chegaram a um acordo para refinanciar um contrato de empréstimo no valor de US\$ 4,5 milhões (R\$ 19,2 milhões). O empréstimo possui uma taxa de juros anual de 7,18%, com vencimento em janeiro de 2021.

Imposto de renda corrente passivo

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de imposto de renda a pagar era de R\$ 24,8 milhões (US\$ 6,2 milhões), um aumento de 210% em Reais (195% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 8,0 milhões (US\$ 2,1 milhões) registrados em 31 de dezembro de 2018. O principal motivo do aumento foi o resultado fiscal apurado no quarto trimestre de 2019 pela empresa Minerals de Occidente, proprietária do Complexo San Andrés, em Honduras.

Passivo não circulante

Provisão para fechamento e restauração de minas

Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para fechamento e restauração de minas era de R\$ 121,5 milhões (US\$ 30,1 milhões), um aumento de 22% em Reais (17% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 99,6 milhões (US\$ 25,7 milhões) provisionados em 31 de dezembro de 2018. Esta variação ocorreu fundamentalmente em decorrência da adição de provisão durante o exercício de 2019 e ajustes em estimativas.

A mudança na estimativa durante 2019 ocorreu devido à revisão das taxas de desconto e de inflação em todas as jurisdições.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$ 788,5 milhões (US\$ 195,6 milhões), em comparação com R\$ 675,9 milhões (US\$ 174,5 milhões) em 31 de dezembro de 2018. Esta variação de R\$ 112,6 milhões (US\$ 21,1 milhões) ocorreu principalmente em decorrência da variação cambial entre os anos subsequentes em questão. Em relação à variação de US\$ 21,8 milhões, esta é justificada pelo incremento nos lucros acumulados no exercício encerrado em 31

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de dezembro de 2019 – a variação nos lucros acumulados entre o período em questão foi de US\$ 21,1 milhões. O câmbio adotado foi de R\$ 4,03 / US\$ em 31 de dezembro de 2019 e de R\$ 3,87 / US\$ em 31 de dezembro de 2018.

Análises das variações - 2018 x 2017

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

O valor em caixa e equivalentes de caixa alcançou R\$ 40,7 milhões (US\$ 10,5 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, um aumento de 4% em Reais (redução de 11% em dólares americanos) em relação ao mesmo período em 2017, quando encerrou em R\$ 39,0 milhões (US\$ 11,8 milhões). O aumento do saldo em Reais deve-se principalmente ao efeito da variação cambial (desvalorização do Real frente ao dólar no período) no período e à transferência de parte do caixa para Aplicações Financeiras.

Aplicações Financeiras

A companhia encerrou o exercício social de 2018 com saldo de R\$ 39,3 milhões (US\$ 10,1 milhões) em aplicações financeiras. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía saldo em aplicações financeiras. O saldo de aplicações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2018 explica-se pela aplicação de caixa em investimentos com prazo de maturação superior a 90 dias.

Impostos a recuperar e outros créditos

A Companhia possuía R\$ 94,5 milhões (US\$ 24,4 milhões) em impostos sobre o valor adicionado e outros créditos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, um aumento de 117% em Reais (85% em dólares americanos) em relação ao mesmo período em 2017, quando encerrou em R\$ 43,5 milhões (US\$ 13,1 milhões). O aumento do saldo no período deve-se principalmente ao aumento de impostos a recuperar nas diferentes jurisdições onde a Companhia atua, consequência dos benefícios tributários aplicáveis a empresas de perfil exportador naquelas localidades, bem como aumento das atividades no Complexo de EPP.

Ativos mantidos para revenda

A Companhia encerrou o exercício social de 2018 sem saldo de ativos mantidos para revenda. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía saldo de R\$ 80,9 milhões (US\$ 24,5 milhões) de ativos mantidos para revenda, referente ao contrato de compra e venda da Mineração Vale Verde em dezembro de 2017, no exercício de 2018, esse valor se encontrava zerado.

Ativo não circulante

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo imobilizado da Companhia era de R\$ 795,1 milhões (US\$ 205,2 milhões), um acréscimo de 198% em Reais (154% em dólares americanos) em relação ao valor registrado em 31 de dezembro de 2017, de R\$ 267,0 milhões (US\$ 80,7 milhões). Os principais fatores para o aumento de R\$ 528,1 milhões (US\$ 124,5 milhões) durante o ano de 2018 foram:

- Reversão de *impairment* do Complexo Aranzazu no valor de R\$ 204,3 milhões (US\$ 53,7 milhões)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Incorporação da Rio Novo Gold Inc. no valor de R\$ 164,6 milhões (US\$ 50,5 milhões)
- Resultado conversão de moeda estrangeira no valor de R\$ 81,9 milhões

Em relação ao total do ativo, o ativo imobilizado representava 68% em 31 de dezembro de 2018, frente a 43% em 31 de dezembro de 2017.

Passivo circulante

Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de fornecedores e outras contas a pagar era de R\$ 195,3 milhões (US\$ 50,4 milhões), um aumento de 65% em Reais (41% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 118,5 milhões (US\$ 35,8 milhões) registrados em 31 de dezembro de 2017. O principal motivo para tal variação foi o aumento de R\$ 53,9 milhões (US\$ 10,9 milhões) da conta de fornecedores, como consequência do início das operações do Complexo Aranzazu. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, fornecedores e outras contas a pagar representavam 17% em 31 de dezembro de 2018 e 19% em 31 de dezembro de 2017, tanto em Reais quanto dólares americanos

Empréstimos e Financiamentos – Curto Prazo

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo era de R\$ 46,5 milhões (US\$ 12,0 milhões), uma redução de 22% em Reais (34% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 59,7 milhões (US\$ 18,1 milhões) registrados em 31 de dezembro de 2017. O principal motivo da redução foi a amortização da linha de Capital de Giro da Companhia com Yamana Gold, num total de R\$ 27,5 milhões (US\$ 7,9 milhões). Os Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo representavam 4,0% em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2018 e 10% em 31 de dezembro de 2017, tanto em Reais quanto dólares americanos.

Imposto de renda corrente passivo

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de imposto de renda a pagar era de R\$ 8,0 milhões (US\$ 2,1 milhões), uma redução de 52% em Reais (59% em dólares americanos) em comparação aos R\$ 16,7 milhões (US\$ 5,0 milhões) registrados em 31 de dezembro de 2017. O principal motivo da redução foi o resultado fiscal apurado no período pelo Complexo San Andrés, em Honduras.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido era de R\$ 675,9 milhões (US\$ 174,5 milhões), em comparação com R\$ 279,8 milhões (US\$ 84,6 milhões) em 31 de dezembro de 2017. Esta variação ocorreu em decorrência (i) das ações e opções emitidas na incorporação da Rio Novo Gold, no valor de R\$ 68,2 milhões (US\$ 20,9 milhões) e (ii) dos resultados do período, no valor de R\$ 193,0 milhões (US\$ 52,0 milhões).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FLUXO DE CAIXA

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2020	31/12/2019	AH
<i>Em R\$ milhões</i>			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	492,3	144,8	240%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(264,7)	(63,6)	316%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	219,3	30,9	611%
Aumento (redução) de caixa e equivalente a caixa	455,4	116,0	293%
Variação cambial de caixa e equivalentes em caixa	8,5	3,9	119%
Caixa e equivalente a caixa no início do exercício	156,7	40,7	285%
Caixa e equivalente a caixa no final do exercício	612,1	156,7	291%

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2020	31/12/2019	AH
<i>Em US\$ milhões</i>			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	90,4	36,1	150%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(51,1)	(15,4)	232%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	41,3	7,9	423%
Aumento (redução) de caixa e equivalente a caixa	80,6	28,6	182%
Variação cambial de caixa e equivalentes em caixa	(1,7)	(259,0)	-99%
Caixa e equivalente a caixa no início do exercício	38,9	10,5	270%
Caixa e equivalente a caixa no final do exercício	117,8	38,9	203%

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

O fluxo de caixa proveniente de atividades operacionais aumentou 240% em Reais (150% em dólares americanos) entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 em comparação com o mesmo período de 2019, passando de R\$ 144,8 milhões (US\$ 36,1 milhões) em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 492,3 milhões (US\$ 90,4 milhões) em 31 de dezembro de 2020. O principal motivo para essa variação foi o aumento do resultado operacional no período.

Caixa líquido utilizado nas das atividades de investimento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos totalizou R\$ 264,7 milhões (US\$ 63,6 milhões) no período de encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado com R\$ 63,6 milhões (US\$ 15,4 milhões) no período findo em 31 de dezembro de 2019. Os principais motivos para o uso do caixa no período encerrado em 31 de junho foram os desenvolvimentos das minas de Ernesto, no Complexo de EPP e Gold Road.

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos

A saída de caixa proveniente das atividades de financiamentos totalizou R\$ 219,3 milhões (US\$

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

41,3 milhões) no período encerrado em 31 de dezembro, comparado com uma entrada de caixa de R\$ 30,9 milhões (US\$ 7,9 milhão) no mesmo período de 2019. Essa movimentação observada no período encerrado em 31 de dezembro teve como principal origem o IPO dos BDRs da Companhia no mercado brasileiro.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2019	2018	AH
<i>Em R\$ milhões⁽¹⁾</i>			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	144,8	39,4	268%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(63,6)	(55,1)	15%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	30,9	(3,0)	(1.130%)
Variação cambial de caixa e equivalentes em caixa	3,9	20,3	(81%)
Aumento (redução) de caixa e equivalente a caixa	112,1	(18,6)	(703%)
Caixa e equivalente a caixa no início do exercício	40,7	39,0	4%
Caixa e equivalente a caixa no final do exercício	156,7	40,7	285%

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2019	2018	AH
<i>Em US\$ milhões</i>			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	36,1	11,3	219%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(15,4)	(10,6)	45%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	7,9	(1,9)	(516%)
Variação cambial de caixa e equivalentes em caixa	(0,2)	0	
Aumento (redução) de caixa e equivalente a caixa	28,6	(1,3)	(2.300%)
Caixa e equivalente a caixa no início do exercício	10,5	11,8	(11%)
Caixa e equivalente a caixa no final do exercício	38,9	10,5	270%

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

Mesmo com aumento gradual da produção nos Complexos de San Andrés e Aranzazu atingindo sua capacidade máxima apenas no segundo semestre de 2019, o fluxo de caixa proveniente de atividades operacionais aumentou 268% em Reais (219% em dólares americanos) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 em comparação com o mesmo período de 2018, passando de R\$ 39,4 milhões (US\$ 11,3 milhões) em 2018 para R\$144,8 milhões (US\$ 36,1 milhões) em 2019. Os principais motivos para essa variação foram um desempenho operacional mais forte, principalmente devido a: (i) início e aumento gradual da produção do Complexo Aranzazu; (ii) aumento do preço do ouro - em 2019 o preço médio bruto do ouro realizado pela Companhia foi de US\$ 1.378 por onça, enquanto que em 2018, o preço foi de US\$ 1.293 por onça.

Caixa líquido utilizado nas das atividades de investimento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos totalizou R\$ 63,6 milhões (US\$ 15,4 milhões) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado com R\$ 55,1 milhões (US\$ 10,6 milhões) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Os principais motivos para o uso do caixa em 2019 foram: (i) Aquisição de imobilizado no valor de R\$ 103,5 milhões (US\$ 25,8 milhões) (ii) resgate de aplicação de R\$ 39,0 milhões (US\$ 10,1 milhões) em investimentos de curto prazo, que saíram do caixa e equivalentes da companhia em 2018 e retornaram em 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos

A entrada de caixa proveniente das atividades de financiamentos totalizou R\$ 30,9 milhões (US\$ 7,9 milhões) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado com uma saída de caixa de R\$ 3,0 milhões (US\$ 1,9 milhões) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. A menor amortização de empréstimos foi o principal motivo desta diferença: no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, foram amortizados R\$ 34,0 milhões (US\$ 8,7 milhões) de empréstimos de curto prazo, enquanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram amortizados R\$ 66,7 milhões (US\$ 19,0 milhões) em empréstimos de curto prazo.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2018	2017	AH
<i>Em R\$ milhões</i>			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	39,4	19,8	99%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(55,1)	(25,0)	120%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(3,0)	7,8	(138%)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	20,3	1,5	1.253%
Aumento (redução) de caixa e equivalente a caixa	(18,6)	2,6	(815%)
Caixa e equivalente a caixa no início do exercício	39,0	34,9	12%
Caixa e equivalente a caixa no final do exercício	40,7	39,0	4%

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2018	2017	AH
<i>Em US\$ milhões</i>			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	11,3	6,6	70%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(10,6)	(7,9)	34%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(1,9)	2,4	(179%)
Aumento (redução) de caixa e equivalente a caixa	(1,3)	1,1	(218%)
Caixa e equivalente a caixa no início do exercício	11,8	10,7	10%
Caixa e equivalente a caixa no final do exercício	10,5	11,8	(11%)

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

O fluxo de caixa proveniente de atividades operacionais aumentou 99% em Reais (70% em dólares americanos) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 em comparação com o mesmo período de 2017, passando de R\$ 19,8 milhões (US\$ 6,6 milhões) para R\$ 39,4 milhões (US\$ 11,2 milhões). O principal motivo para essa variação foi uma variação positiva no capital de giro em decorrência da redução de estoques.

Caixa líquido utilizado nas das atividades de investimento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos totalizou R\$ 55,1 milhões (US\$ 10,6 milhões) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado com R\$ 25,0 milhões (US\$ 7,9 milhões) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Os principais motivos para essa variação foram: i) saída de caixa por adição de imobilizado em R\$ 117,3 milhões, principalmente impactado por investimentos para reinício das atividades do Complexo Aranzazu;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(ii) saída de caixa para aplicações financeiras de R\$ 38,6 milhões, (iii) entrada de caixa pelo recebimento de valor de venda da Mineração Vale Verde, no valor de R\$ 97,4 milhões.

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos

A saída de caixa proveniente das atividades de financiamentos totalizou R\$ 3,0 milhões (US\$ 1,9 milhões) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado com uma entrada de caixa de R\$ 7,8 milhões (US\$ 2,4 milhões) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Os principais motivos para essa variação foram um maior volume de liquidação de empréstimos de curto prazo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 66,7 milhões (US\$ 19,0 milhões), comparado com amortização de empréstimos de curto prazo no valor de R\$ 22,0 milhões (US\$ 6,8 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Efeito de ganho de variação cambial em caixa e equivalentes totalizou R\$ 20,3 milhões (US\$ 0,0) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado com um ganho de variação cambial em caixa e equivalentes de R\$ 1,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. O motivo dessa variação se deve a à alta desvalorização do Real em 2018 (17,13%), com a Companhia reconhecendo um maior efeito cambial em caixa e equivalentes de caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia é uma empresa de ouro e cobre que atua no continente americano, assim, seus resultados financeiros estão diretamente correlacionados com o preço do ouro e cobre, os quais podem variar amplamente e sem previsibilidade. Estes preços são afetados por inúmeros fatores macro e microeconômicos, políticos, sociais, ambientais, monetários, bélicos, entre outros. Desde a crise financeira que afetou os mercados globais em 2008, os bancos centrais vêm aumentando sua demanda, como forma de se proteger contra potenciais crises econômicas.

Da mesma forma e, de acordo com o World Gold Council, as variáveis que determinam seu preço podem ser agrupadas em quatro categorias: (i) expansão econômica e da riqueza, (ii) riscos e incertezas no mercado, (iii) custo de oportunidade; e (iv) pressões de curto prazo.

- (i) Expansão econômica e da riqueza: Como um produto de consumo e veículo de poupança de longo prazo, a demanda por ouro tem historicamente apresentado uma correlação positiva com o crescimento econômico. Aumentos na renda tendem a gerar maior demanda por jóias, além de impactar positivamente a produção de eletrônicos e de produtos de alta tecnologia. Como porto seguro, sua demanda tem sido altamente correlacionada com períodos de risco acentuado.
- (ii) Riscos e incertezas no mercado: O preço do ouro é afetado significativamente por fatores macroeconômicos, como expectativas de inflação, nível das taxas de juros, força relativa das moedas, mudanças na política de reservas dos bancos centrais, turbulências políticas globais ou regionais e o humor geral dos investidores. Em momentos de inflação alta e desvalorização da moeda, o ouro é normalmente visto como um refúgio, o que aumenta sua pressão compradora e impacta seu preço de mercado.
- (iii) Custo de oportunidade: O preço do ouro aumentou na comparação anual de 2000 a 2011, quando alcançou a máxima do período de US\$ 1.900/onça. Subsequentemente, os preços se deterioraram entre 2012 e 2015, até se recuperarem para o segundo semestre de 2019 até atingirem a máxima histórica de US\$ 2.067/onça. Essas oscilações foram causadas por diversos fatores macroeconômicos e mudanças no custo de oportunidade de manter ouro como investimento. Como exemplo, o ouro enfrentou dificuldades na maior parte de 2018 à medida que o dólar americano se fortalecia, o Federal Reserve Bank (banco central dos Estados Unidos) continuava a aumentar os juros de maneira consistente e a economia norte-americana era estimulada por cortes de impostos promovidos pelo governo. Esses fatores melhoraram o humor dos investidores, o que elevou o preço das ações no mercado norte-americano e, por sua vez, pressionou negativamente o preço do ouro. O gráfico abaixo ilustra essas oscilações.
- (iv) Pressões de curto prazo: Fluxos de capital podem exercer pressão sobre os preços de ouro quando investidores realizam realocações táticas ou reposicionam o portfólio.

No gráfico abaixo é possível observar a variação do preço do ouro desde 2000.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

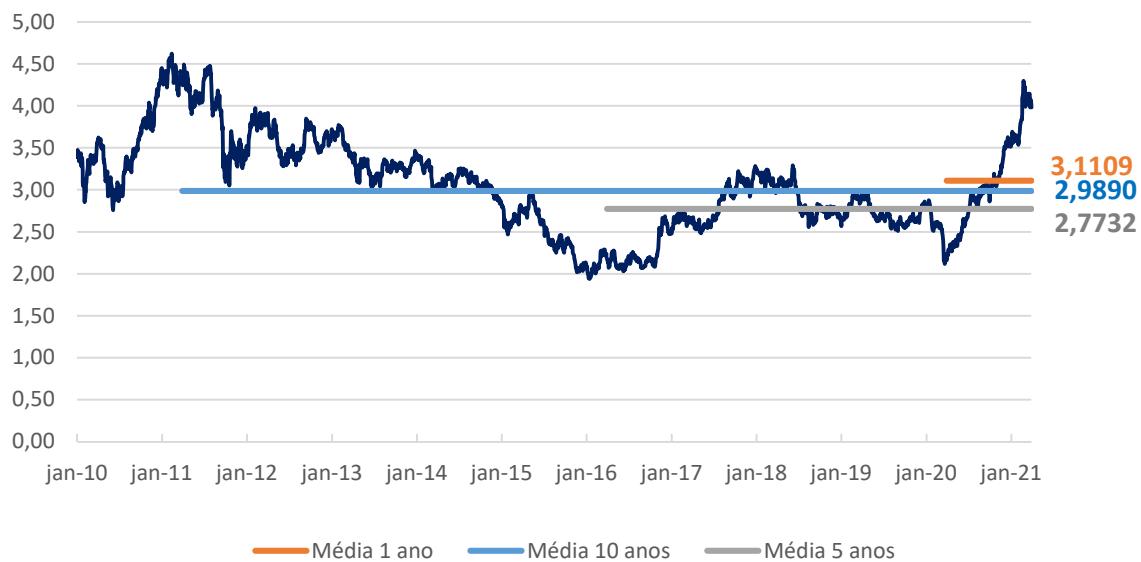
Preço histórico do ouro no mercado à vista (US\$/onça)



Fonte: Yahoo Finance, em 31 de março de 2021.

Por outro lado, o cobre é uma *commodity* negociada em bolsa internacionalmente, e seu preço é determinado pela dinâmica entre oferta e demanda globais.

Preço histórico do cobre no mercado à vista (US\$/ onça)



Fonte: Yahoo Finance, em 31 de março de 2021.

Da mesma forma que o preço dos minerais tem um efeito direto sobre a receita da Companhia, outro fator fundamental é o volume de produção. No ano de 2020, a companhia produziu 129.176 Oz de ouro e 53.791 toneladas de concentrado de cobre, que é composto por diversos metais e que

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

geram receitas principalmente de cobre e ouro.

Complexo Aranzazu:

O Complexo Aranzazu produz um concentrado que contém diversos metais, com destaque para cobre e ouro.

Ao longo do ano de 2020, Aranzazu produziu 63.193 onças de ouro equivalente, crescimento de 3,6% comparado a 2019.

Complexo San Andrés

O Complexo de San Andrés produz ouro com uma pequena concentração de prata como subproduto. Em 2020, atingiu uma produção de 60.769 Oz de ouro, aumento de 4,1% em relação ao ano anterior, apesar dos impactos da paralização de atividades em 16 de março de 2020 como medidas do governo hondurenho para evitar a propagação do Covid-19.

Complexo de EPP

O Complexo de EPP produz ouro com uma pequena concentração de prata como subproduto, tendo atingido uma produção de 66.847 Oz de ouro em 2020, crescimento de 19,5% comparado a 2019.

Por último, outro fator que afeta diretamente a receita da companhia é o preço do dólar americano. Como o preço das commodities são usualmente cotados nessa moeda, a taxa de câmbio acaba se tornando um fator fundamental para a consolidação de resultados em Reais, uma vez que a Companhia reporta seus resultados em dólares americanos, sua moeda funcional.

Gold Road

Gold Road declarou produção comercial a partir de 1 de dezembro de 2020, conforme planejado e implementamos uma campanha para o *ramp-up* da produção e tiveram início novos alvos regionais, como Gold Ore.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Vide 10.2 (a) i.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Vide 10.2 (a) i.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Vide 10.2 (a) i.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas Demonstrações Financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Aquisição do Projeto Gold Road

Em 27 de março de 2020, a Companhia concluiu a aquisição da Para Resources Inc. uma mina de ouro localizada no Estado do Arizona, nos Estados Unidos da América, chamada "Gold Road".

A aquisição foi concluída por um preço de US\$ 1,00 e a Companhia assumiu uma dívida "non recourse" (empréstimo garantido apenas pelos bens onerados, sem que outros bens do devedor possam ser executados) de US\$ 35,0 milhões com a PPG Arizona Holdings, com opção de pré-pagamento por US\$ 24,0 milhões durante o primeiro ano. O vencimento do empréstimo é em 30 de novembro de 2023 e o empréstimo não menciona expressamente juros remuneratórios, de modo que a Companhia estimou um custo implícito do empréstimo de 16,5%, reconhecendo em seu balanço um passivo no valor de US\$ 25,2 milhões.

A Companhia tem a expectativa que o Projeto Gold Road declare produção comercial no quarto trimestre de 2020, reconhecendo receitas e custos dentro do exercício social a ser concluído em 31 de dezembro de 2020.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica ao exercício social terminado em 31 de dezembro de 2020.

c. eventos ou operações não usuais

Não se aplica ao exercício social terminado em 31 de dezembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis em 31 de dezembro de 2020.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Novas Políticas Contábeis Aplicáveis para 2019

a) IFRS 16 - Arrendamentos

A Companhia adotou o IFRS 16 - Arrendamentos, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada; porém, os comparativos para o período de relatório de 2018 não estão sendo reapresentados e são contabilizados de acordo com o IAS 17 - Arrendamentos, e a IFRIC 4 - Determinação de se um Contrato Contém um Arrendamento, conforme permitido por disposições transitórias específicas na norma.

A Companhia arrenda vários equipamentos de mineração, veículos leves e imóveis. Esses contratos de arrendamento são normalmente celebrados para períodos fixos de 1 a 5 anos, mas podem conter opções de prorrogação. Os prazos do arrendamento são negociados em bases individuais e contêm vários termos e condições diferentes. Os contratos de arrendamento não impõem cláusulas restritivas para a Companhia e os ativos arrendados não são usados como garantia para fins de empréstimos. Até o final de 2018, esses arrendamentos eram classificados como arrendamentos operacionais.

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia reconheceu passivos de arrendamento em relação a arrendamentos que eram anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com os princípios do IAS 17. Esses passivos eram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento individual, se a taxa pudesse ser prontamente determinada, ou as taxas de juros incrementais sobre empréstimos da Companhia, se a taxa não pudesse ser prontamente determinada, a partir de 1º de janeiro de 2019. De acordo com o IFRS 16, cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo de arrendamento e a despesa financeira. A despesa financeira, ou amortização do desconto, sobre o passivo de arrendamento é debitada às Demonstrações Consolidadas do Resultado e do Resultado Abrangente usando o método dos juros efetivos, de modo a produzir uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de arrendamento para cada período.

A Companhia observou que a taxa de desconto pela média ponderada aplicada aos passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 era de 8%.

Ao determinar o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamento a seguir no cálculo do passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019, a Companhia considerou o seguinte:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que são baseados em um índice ou uma taxa;
- Valores que se espera que sejam pagos pela Companhia sob garantias do valor residual;

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- O preço de exercício de uma opção de compra se a Companhia estiver razoavelmente certa de exercer essa opção;
- Quando um arrendamento contém uma opção de prorrogação, os pagamentos de arrendamento para o período da prorrogação foram incluídos no cálculo do passivo de arrendamento se a Companhia estava razoavelmente certa de que iria exercer a opção; e
- Pagamentos de multas pelo término do arrendamento, se o termo do arrendamento reflete o exercício dessa opção pela Companhia.

Adicionalmente, nenhum ajuste foi necessário quando da adoção do IFRS 16 para arrendamentos financeiros, uma vez que a Companhia não tinha arrendamentos anteriormente classificados como tais em 31 de dezembro de 2018.

Os efeitos da adoção do IFRS 16, conforme refletidos em 1º de janeiro de 2019, foram o reconhecimento de um passivo de arrendamento no valor de R\$ 3.414. Os passivos de arrendamento de curto e de longo prazo em 31 de dezembro de 2019 e quando da adoção do IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019 estão demonstrados na tabela abaixo (valores em milhares de Reais):

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Saldo em 1 de janeiro de 2019
Parcela de curto prazo do passivo de arrendamento	(3.067)	(1.750)
Parcela de longo prazo do passivo de arrendamento	(2.257)	(1.664)
	(5.324)	(3.414)

Como demonstrado na tabela acima, o total do passivo de arrendamento reconhecido em 1º de janeiro de 2019 foi de R\$ 3.414. Os ativos de direito de uso foram mensurados a um valor igual ao passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019.

Como demonstrado na *Nota 12*, os ativos de direito de uso são apresentados como parte do Imobilizado nos Balanços Patrimoniais Consolidados. A depreciação dos ativos de direito de uso é apresentada dentro de depreciação, exaustão e amortização na seção de atividades operacionais das Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa. Os ativos de direito de uso são depreciados ao longo do mais curto entre a vida do ativo e o prazo do arrendamento com base nas unidades de produção. A depreciação dos ativos de direito de uso agora é incluída dentro de exaustão e amortização na seção de atividades operacionais das Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa.

Os ativos de direito de uso se referem aos seguintes tipos de ativos (valores em milhares de Reais):

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Saldo em 1 de janeiro de 2019
Veículos	3.668	151
Terrenos e edificações	1.066	1.509
Máquinas e equipamentos	500	1.754
	5.234	3.414

Os passivos de arrendamento correspondentes são apresentados dentro de passivos circulantes e não circulantes nos Balanços Patrimoniais Consolidados. A despesa de juros sobre passivos de

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

arrendamento é apresentada dentro de despesas financeiras nas Demonstrações Consolidadas do Resultado. Os pagamentos à vista de parcelas de juros e principal de passivos de arrendamento são demonstrados como fluxos de caixa de atividades de financiamento nas Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa.

Os efeitos da adoção do IFRS 16 por segmentos, conforme refletidos em 1º de janeiro de 2019, são demonstrados na tabela abaixo (valores em milhares de Reais):

	Mina de San Andres	Minas Brasileiras	Mina de Aranzazu	Corporativo	Projetos Rio Novo	Total
Ativos de direito de uso	1.335	279	698	830	272	3.414
Passivos de arrendamento	(1.335)	(279)	(698)	(830)	(272)	(3.414)
	0	0	0	0	0	0

A mudança na política contábil afetou os seguintes itens nos Balanços Patrimoniais Consolidados em 1º de janeiro de 2019 (valores em milhares de Reais):

	Valor
Imobilizado – Ativos de direito de uso – Aumento em Ativos	3.414
Passivos de Arrendamento – Aumento em Passivos	(3.414)

Até o final de 2018, os pagamentos feitos sob arrendamentos operacionais eram debitados às Demonstrações Consolidadas do Resultado em base linear ao longo do prazo do arrendamento; assim, os pagamentos de arrendamento operacional eram todos incluídos nos cálculos do lucro por ação. Quando da adoção do IFRS 16, a depreciação debitada de ativos de direito de uso e a despesa de juros sobre passivos de arrendamento são agora incluídas nas Demonstrações Consolidadas do Resultado; e, portanto, incluídas nos cálculos do lucro básico e diluído por ação.

As parcelas do principal dos pagamentos de arrendamento não são incluídas nas Demonstrações Consolidadas do Resultado e são, ao invés disso, aplicadas ao passivo de arrendamento nos Balanços Patrimoniais Consolidados.

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo, pagamentos de ativos de baixo valor e pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou de uma taxa não são incluídos na mensuração dos passivos de arrendamento e são demonstrados nos Balanços Patrimoniais Consolidados de acordo com o IFRS 16. Esses pagamentos são demonstrados dentro de Despesas gerais e administrativas nas Demonstrações Consolidadas do Resultado e dentro da seção de atividades operacionais das Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa. O aumento/diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa não mudou como resultado da adoção do IFRS 16.

Expedientes práticos aplicados

Na aplicação inicial do IFRS 16, a Companhia considerou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- O uso de uma taxa de desconto única para uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares;
- A contabilização de arrendamentos operacionais com um prazo remanescente de menos de 12 meses em 1º de janeiro de 2019 como arrendamentos de curto prazo;

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- A exclusão de arrendamentos de baixo valor;
- A exclusão dos custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial; e
- O uso de percepção tardia na determinação do prazo de arrendamento, quando o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento.

Os julgamentos, estimativas e premissas significativos feitos pela Administração aplicados na preparação dessas demonstrações financeiras, especificamente no que se refere à IFRS 16, incluíram principalmente a avaliação da taxa de desconto apropriada a ser usada para descontar o passivo de arrendamento para cada arrendamento ou grupos de ativos cobertos por arrendamentos, bem como determinar o prazo do arrendamento, quando o arrendamento continha uma opção de prorrogação e avaliar se a Companhia estava razoavelmente certa de que exercearia a opção de prorrogação. Julgamentos, estimativas e premissas significativas sobre esses dois fatores afetariam o valor presente dos passivos de arrendamento quando da adoção da nova norma contábil, bem como o valor associado dos ativos de direito de uso.

Novas Políticas Contábeis Aplicáveis para 2020

Em março de 2018, o IASB emitiu uma norma revisada “Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros” que está sendo usada atualmente pelo Conselho e pelo Comitê de Interpretações do IASB no desenvolvimento de novos pronunciamentos. A revisão inclui definições de "ativo" e "passivo", juntamente com novas orientações sobre mensuração, desconhecimento, apresentação e divulgação. No entanto, os preparadores das demonstrações financeiras apenas começarão a se referir à nova estrutura em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020.

Em 22 de outubro de 2018, o IASB emitiu uma alteração à "Definição de Negócio (Alterações à IFRS 3)" para esclarecer a definição de “negócio” com o objetivo de eliminar as dificuldades existentes para determinar se uma companhia adquiriu um negócio ou um grupo de ativos.

Em 31 de outubro de 2018, o IASB emitiu uma alteração à "Definição de Material (Alterações à IAS 1 e à IAS 8)" para esclarecer a definição de "material" e alinhar a definição usada na Estrutura Conceitual e nas normas.

Em junho de 2017, o IASB elaborou uma minuta referente a dedução dos recursos recebidos da venda de itens produzidos durante a colocação de um ativo imobilizado no local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração do valor de custo de um item do imobilizado. Em vez disso, a Companhia reconheceria o produto da venda de tais itens e seu custo de produção no resultado. A finalização da alteração ocorreu em 14 de maio de 2020. A alteração será efetiva para períodos anuais iniciando em ou após janeiro de 2022, sendo permitida a aplicação antecipada. Essas alterações podem ser aplicadas retrospectivamente apenas para itens do imobilizado no ou após o início do período mais antigo apresentado nas demonstrações financeiras em que a entidade aplica as alterações pela primeira vez. A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos impactos que a adoção desta norma terá nas demonstrações financeiras consolidadas.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram emitidos sem ressalvas e ênfases, com exceção aos parágrafos descritos abaixo:

Relatórios de revisão especial referentes as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia tem como política apresentar, para uso geral nos mercados em que atua, suas demonstrações financeiras consolidadas em inglês, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo IASB, e com a moeda de apresentação em dólares estado-unidenses (US\$), que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas anexas, apresentadas em português e em reais (R\$), foram preparadas de acordo com a Instrução CVM 480/2009. Em vista disso, as presentes demonstrações financeiras consolidadas podem não ser adequadas para outros propósitos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 – Políticas contábeis críticas

A Administração considera uma prática contábil como crítica quando referida prática é importante para retratar a situação financeira da Companhia e requer julgamentos e estimativas complexos ou significativos.

Na elaboração das demonstrações financeiras, realizamos estimativas e julgamentos que afetam os montantes de ativos, passivos, receitas e despesas divulgadas com base em nossa experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes e que acreditamos serem razoáveis diante das circunstâncias. Por isso, os resultados podem ser diferentes daqueles estimados.

A Administração da Companhia revisa as demonstrações financeiras para assegurar que as informações são precisas e transparentes relativas às condições econômicas vigentes e ao ambiente de negócios.

A Companhia destaca a seguir as políticas contábeis críticas sob as quais são feitos julgamentos, estimativas e premissas significativas, e onde os resultados reais podem diferir dessas estimativas considerando diferentes premissas e condições e podem afetar materialmente os resultados financeiros ou os balanços patrimoniais consolidados divulgados em períodos futuros:

Alocação do preço de compra

Combinações de negócios requerem julgamento e estimativas a serem feitas na data de aquisição em relação à determinação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos. Foram feitos julgamentos significativos na determinação dos valores justos dos ativos e passivos identificáveis em relação à aquisição da Gold Road. Os valores justos das propriedades minerais adquiridas utilizaram as seguintes premissas significativas: preços futuros do metal, custos de produção e despesas de capital futuros esperados, taxa de desconto, quantidades estimadas de recursos minerais e a capacidade da Companhia de converter recursos em reservas. Também foram feitos julgamentos em relação à taxa de desconto e probabilidades atribuídas ao exercício da opção de pré-pagamento utilizada na determinação do valor justo da dívida Pandion assumida em aquisição do Projeto Gold Road no primeiro trimestre de 2020.

Determinação de reservas e recursos de jazidas minerais

As estimativas das quantidades de reservas e recursos de minério formam a base de nossos planos da LOM, que são utilizados para uma série de objetivos comerciais e contábeis importantes, incluindo: o cálculo das despesas de exaustão; a capitalização dos custos de remoção da fase de produção, para prever o momento do pagamento dos custos de fechamento e restauração da mina e para a avaliação dos encargos de redução de valor e dos valores contábeis dos ativos. Em certos casos, estes planos da LOM foram a base para suposições sobre a capacidade de obter as licenças necessárias para completar as atividades planejadas.

A Companhia determina os recursos e reservas minerais de acordo com os princípios incorporados aos padrões do Instituto Canadense de Mineração, Metalurgia e Petróleo para reservas e recursos minerais, conhecidos como Padrões CIM. A informação é regularmente compilada por Pessoas Qualificadas e relatada de acordo com o National Instrument 43-101, Standards of Disclosure for Mineral Projects (“NI-43-101”). Existem inúmeras incertezas inerentes à estimativa de recursos e reservas minerais, e as premissas válidas no momento da estimativa podem mudar significativamente quando novas informações se tornam disponíveis. Alterações nos preços

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

previstos de commodities, taxas de câmbio, custos de produção ou taxas de recuperação podem alterar o status econômico de reservas e recursos e, finalmente, resultar na necessidade de revisão das referidas reservas e recursos.

Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

De acordo com a política contábil da Companhia, cada ativo ou UGC é avaliado em cada data de relatório para determinar se há alguma indicação de redução ao valor recuperável. Os fatores internos e externos avaliados para os indicadores de impairment incluem: (i) se o valor contábil dos ativos líquidos da Companhia excede sua capitalização de mercado; (ii) mudanças nas quantidades estimadas de recursos minerais e na capacidade da Companhia de converter recursos em reservas, (iii) uma deterioração significativa nos preços futuros esperados do metal; (iv) mudanças nos custos de produção e despesas de capital futuros esperados; e (v) mudanças nas taxas de juros.

Se algum desses indicadores existir, uma estimativa formal do valor recuperável é realizada, e uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida na extensão em que o valor contábil excede o valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é mensurado pelo maior entre FVLCD ou VIU.

A determinação de FVLCD e VIU exige que a administração faça estimativas e suposições sobre a produção e os volumes de vendas esperados, preços de metais, reservas, custos operacionais, fechamento de mina e custos de restauração, despesas de capital futuras e taxas de desconto apropriadas para fluxos de caixa futuros. As estimativas e premissas estão sujeitas a risco e incerteza, e como tal, existe a possibilidade de que mudanças nas circunstâncias alterem essas projeções, o que pode impactar o valor recuperável dos ativos. Nessas circunstâncias, parte ou todo o valor contábil dos ativos pode ser ainda mais prejudicado ou o encargo por redução ao valor recuperável reduzido com o impacto registrado nas demonstrações consolidadas do resultado.

Se, após a Companhia ter reconhecido anteriormente uma perda por redução ao valor recuperável, as circunstâncias indicarem que o valor recuperável dos ativos deteriorados é maior do que o valor contábil, a Companhia reverte a perda por redução ao valor recuperável pelo valor que o valor justo revisado excede seu valor contábil, até o máximo da perda por impairment anterior. Em nenhum caso, o valor contábil revisado deve exceder o valor contábil original, após a depreciação ou amortização, que teria sido determinada se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

Avaliação do estoque de produtos em processo

A mensuração do estoque incluindo a determinação de seu valor realizável líquido, especialmente no que diz respeito ao minério em estoque, envolve o uso de estimativas. O valor realizável líquido é determinado com referência aos preços de mercado relevantes, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis. A estimativa também é necessária para determinar a tonelagem, o ouro recuperável e o cobre contidos nela, e para determinar os custos remanescentes de conclusão para trazer o estoque para sua forma vendável. Também existe julgamento para determinar se é necessário reconhecer uma provisão para obsolescência nos suprimentos operacionais da mina, e estimativas são necessárias para determinar o valor de recuperação ou sucata dos suprimentos.

As estimativas de ouro ou cobre recuperável nas pilhas de lixiviação são calculadas a partir das

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

quantidades de minério colocadas nas pilhas de lixiviação (toneladas medidas adicionadas às pilhas de lixiviação), o grau de minério colocado nas pilhas de lixiviação (com base nos dados do ensaio) e um percentual de recuperação (com base no tipo de minério).

Provisão para fechamento e restauração das minas

Os valores registrados para as obrigações de fechamento e restauração das minas são baseados em estimativas preparadas por especialistas ambientais terceirizados, se disponíveis, nas jurisdições em que a Companhia opera ou por especialistas ambientais da Companhia. Essas estimativas baseiam-se em atividades de remediação exigidas pelas leis ambientais, no tempo esperado dos fluxos de caixa e nas taxas de juros livre de risco antes dos impostos, pelas quais os fluxos de caixa estimados foram descontados. Essas estimativas também incluem uma suposição sobre a taxa na qual os custos podem aumentar em períodos futuros. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas sobre as quais esses valores justos são calculados requerem extensos julgamentos sobre a natureza, o custo e a época do trabalho a ser concluído e podem mudar com alterações futuras nos custos, leis e regulamentos ambientais e práticas de remediação.

A Administração da Companhia considera essa política contábil crítica devido a utilização de um alto número de premissas para a realização dos cálculos, incluindo: tempo estimado de esgotamento das minas; custos associados ao fechamento e restauração das minas no futuro; taxa de inflação; e taxa de desconto.

Imposto de renda

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer uma estimativa do imposto de renda em cada uma das jurisdições em que a Companhia opera. O processo envolve uma estimativa da exposição tributária atual da Companhia e uma avaliação de diferenças temporárias resultantes de diferentes tratamentos de itens, como exaustão e amortização, para fins fiscais e contábeis, e quando elas podem ser revertidas.

Essas diferenças resultam em ativos e passivos fiscais diferidos, incluídos nos balanços patrimoniais consolidados da Companhia. Também é feita uma avaliação para determinar a probabilidade de que os ativos de impostos futuros da Companhia sejam recuperados por meio da geração de lucros tributáveis futuros. Na medida em que a recuperação não seja considerada provável, os benefícios fiscais relacionados não são reconhecidos.

É necessário julgamento para avaliar continuamente as alterações nas interpretações, regulamentos e legislação tributária, para garantir o reconhecimento integral dos passivos e para garantir que os ativos, líquidos de provisões para desvalorização, sejam realizáveis. O impacto de diferentes interpretações e aplicações pode ser significativo.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i.arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica.

ii.carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não se aplica.

iii.contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica.

iv.contratos de construção não terminada

Não se aplica.

v.contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

- b. natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 – Plano de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i.descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2020 os investimentos totais da Companhia e suas subsidiárias alcançaram R\$ 269,9 milhões, entre projetos de expansão, exploração e manutenção das operações.

O Complexo Aranzazu, no México, investiu um total de R\$ 86,8 milhões, houve aumento no desenvolvimento de várias áreas dentro do complexo da mina subterrânea de R\$ 40 milhões, que foi concluído e posteriormente reclassificado de imobilizado em andamento para Propriedades de Mineração durante ano de 2020.

No Brasil, o Complexo EPP teve um investimento total de R\$ 73,8 milhões, durante ano de 2020 houve investimentos significativos no desenvolvimento da mina a céu aberto de Ernesto (incluindo barragens de rejeitos), que impactou principalmente as adições em Propriedades de Mineração em R\$ 42,6 milhões e Terrenos e Edifícios em R\$ 10,7 milhões. Estes investimentos significativos levam à declaração de produção comercial na mina até o final do ano.

Nos Estados Unidos da América, foram investidos R\$ 55,5 na mina Gold Road, houve investimentos significativos no desenvolvimento e ramp-up da mina, que gerou principalmente adições em Propriedades de Mineração em R\$ 49,5 milhões. Além disso, em 2020, a mina Gold Road reconheceu ativos de direito de uso de R\$ 16,1 milhões relacionados a equipamentos móveis de mineração. Ao final do ano 2020, a produção comercial foi declarada.

Na operação do Complexo San Andrés, em Honduras, os investimentos totalizaram R\$ 45,4 milhões, com foco na liberação e preparação de novas áreas com teor mineral para operações futuras e em manutenção da operação.

Em dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou orçamento de investimentos (Capex) para 2021 no montante de entre US\$ 93 milhões e US\$ 104 milhões, sendo:

	Baixo	Alto
Manutenção	45	50
Exploração	6	8
Novos projetos + Expansão	42	46
Total	93	104

Ativos Operacionais:

Complexo EPP (Brasil): a mina de Ernesto deve ser a principal fonte de alimentação de minério para o ano, juntamente com o desenvolvimento da cava, para alcançar capacidade total em 2022. A Companhia estima que o quarto trimestre de 2021 será o período de produção mais alta do ano para a mina. Espera-se que Japones, Nosde e PPQ se sigam produzindo em 2021 o que, juntamente com o desenvolvimento da extensão da mina de Lavrinha, deve dar mais flexibilidade ao projeto EPP com 4 lavras operacionais ativas e uma mina subterrânea.

Complexo San Andrés (Honduras): espera-se que a área de Esperanza se mantenha como principal fonte de minério para 2021. As melhorias na planta devem reduzir o ciclo de lixiviação e reduzir a tonelagem movimentada na mina em busca de melhor eficiência. A empresa também pretende realizar atividades de exploração para desenvolver novos alvos em torno da mina existente.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Complexo Aranzazu (México): ao longo do primeiro semestre do ano, a implementação de melhorias no circuito de moagem e flotação deverão aumentar ainda mais a produção da planta, atingindo 100.000 toneladas por mês durante o segundo semestre de 2021. Mais de 48.900m de perfuração estão planejados como parte de um forte plano de exploração para apoiar a próxima expansão, em linha com a meta da administração de dobrar a capacidade de produção no futuro.

Gold Road: enquanto seguimos para a fase final do ramp up, os esforços de exploração deverão continuar em 2021, tanto nas áreas operacionais atuais quanto nos alvos da concessão mineral. A Companhia espera publicar um relatório técnico atualizado durante o primeiro semestre de 2021.

Ativos em Desenvolvimento:

Projeto Almas (Brasil): Em 10 de março de 2021 a Companhia publicou o relatório técnico para o projeto de ouro Almas, sob o título “Relatório Técnico do Estudo de Viabilidade atualizado (NI43-101) para o Projeto Ouro de Almas, Município de Almas, Tocantins, Brasil”, preparado por diversos consultores baseados no Canadá e no Brasil. Almas é uma mina de ouro a céu aberto localizada no estado do Tocantins, Brasil. Ainda, a Promon Engenharia foi contratada para serviços de EPCM (Engenharia, Compras e Gestão da Construção) de planta e infraestrutura, já tendo iniciado as obras de detalhamento, a serem desenvolvidas até a fase de ramp up prevista para o quarto trimestre de 2022, com investimento total, depois de impostos, estimado em aproximadamente US\$73 milhões e um valor presente líquido após impostos ("VPL") de US\$183 milhões, assumindo a média ponderada do consenso dos analistas de mercado para o preço do ouro a US\$1.558 por onça para o período projetado. Assumindo um preço do ouro de US\$1.800 por onça, a taxa interna de retorno após os impostos ("TIR") atinge 57% e o VPL após os impostos US\$260 milhões. Durante os primeiros quatro anos do projeto, a Produção média anual é estimada em 51 mil onças, com uma vida útil estimada de 17 anos, baseada nas estimativas para as reservas minerais, conforme parâmetros do National Instrument 43-101 – Standards for Disclosure for Minerals Projects (“NI 43-101”). O início da construção está sujeito à obtenção da documentação final do contrato de uso do solo e das licenças ambientais com o Estado do Tocantins no Brasil, as quais já foram solicitadas pela Companhia para cumprimento do cronograma previsto do Projeto.

Projeto Matupá (Brasil): Companhia está dando continuidade à ampliação do entendimento geológico do potencial de pôrfiro e avançando no programa geológico dos alvos Alto Alegre e Alvo 47. A Companhia assinou contrato com a Ausenco para desenvolver um Estudo de Viabilidade, não sendo necessárias perfurações adicionais para concluir-lo. O estudo de viabilidade está previsto para ser concluído em dezembro de 2021.

Projeto São Francisco (Brasil): a Companhia está avaliando o potencial para reiniciar a mina de São Francisco A amostragem de superfície foi concluída em 2020, com a identificação de 7 possíveis alvos. A perfuração de exploração em 3 desses alvos será iniciada no primeiro trimestre de 2021.

Projeto Tolda Fria (Colômbia): Em Tolda Fria, Colômbia, um programa de exploração de superfície no distrito foi iniciado no terceiro trimestre de 2020 e continuou no quarto trimestre. A Aura atualmente controla aproximadamente 6.625 hectares em créditos. A Companhia espera gerar alvos significativos em estágios iniciais no distrito de Tolda Fria ao longo de 2021. O distrito de Tolda Fria faz parte do distrito prolífico maior de Middle Cauca, onde existem vários depósitos de ouro porfíritico e epitermico de classe mundial. O mapeamento de superfície realizado em 2020 foi bastante promissor, sendo encontradas amostras de lascas com alto teor. Esses alvos serão mais bem estudados para que seja tomada uma decisão quanto à perfuração. Com base nos resultados, a Aura apresentou um pedido às autoridades colombianas para expandir os direitos de pesquisa em uma área específica nas proximidades de seus direitos existentes.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

ii.Fontes de financiamento dos investimentos

Além da geração de caixa operacional de seus negócios, a Companhia busca também financiar seus projetos através da contratação de linhas de financiamento específicas. Para essas contratações de financiamentos a seus projetos a Companhia prioriza captações pelas subsidiárias nos mercados locais, preferencialmente em dólares americanos. Essa estratégia permite uma redução significativa da concentração de garantias e riscos dos empréstimos, ainda assim resguardando de potencial risco cambial

iii.Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição já divulgada que deva influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

Não há novos produtos e serviços relevantes.

i.descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica

ii.montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica

iii.projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica

iv.montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 – Outros fatores com influência relevante

Reversão de impairment

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia conduziu uma análise de reversão de redução ao valor recuperável em que os valores contábeis do imobilizado, incluindo propriedades minerais, da Mina de Aranzazu foram comparados ao valor justo da mina menos o custo de descarte usando a metodologia do valor em uso (“*value-in-use*”), que foi determinada como sendo superior aos valores contábeis. Os fluxos de caixa futuros estimados utilizados nos modelos de fluxo de caixa do valor em uso incorporaram as melhores estimativas da Companhia de produção de metais futuros com base em novos planos de mina desenvolvidos, preços de metal de consenso, estimativas de custos operacionais, despesas de capital e valores residuais e flutuações no taxas de câmbio entre o dólar dos Estados Unidos e o peso mexicano. A empresa utilizou uma recuperação de usina de cobre de 88%, preços de cobre de consenso variando de US\$ 2,95 por libra em 2019 a US\$ 3,10 para os cinco anos seguintes, e preços de ouro de US\$ 1.300 por onça durante os seis anos econômicos restantes de a vida da mina de Aranzazu e descontou esses fluxos de caixa usando uma taxa de desconto de 15%, que foi baseada no custo de capital médio ponderado da Companhia efetuado por impostos, a fim de obter o valor justo estimado da Mina de Aranzazu. A estimativa da Empresa de fluxos de caixa futuros está sujeita a riscos e incertezas e, portanto, pode mudar no futuro se as premissas subjacentes mudarem. Essas mudanças podem ser materiais.

A análise da Empresa concluiu que certos ativos da Mina de Aranzazu não estavam mais deteriorados em 31 de dezembro de 2018 e, como resultado, a Companhia registrou uma reversão de desvalorização de US\$ 53.701 no imobilizado de Aranzazu. Essa reversão do prejuízo resultou em um aumento no valor das propriedades minerais de US\$ 32.536, terrenos e edifícios de US\$ 8.443 e instalações e maquinários de US\$ 12.722.

Análise dos impactos da COVID-19 em nossas atividades

Conforme descrito em fator de risco constante do item 4.1 deste Formulário de Referência intitulado "*Crises de saúde pública, incluindo relacionadas ao COVID-19, podem afetar material e adversamente os negócios, operações e condições financeiras da Companhia.*", os negócios, operações e condições financeiras da Companhia podem ser material e adversamente afetados pela disseminação de epidemias, pandemias ou outras crises de saúde pública, incluindo o novo coronavírus (COVID-19).

A Companhia permanece comprometida com seus valores mais importantes, os quais, sob o conceito de Mineração 360, incluem seu compromisso de agir com responsabilidade, construir relacionamentos respeitosos e sustentáveis com as comunidades em que opera e manter os mais altos padrões de segurança para seus funcionários. Até o presente momento, e ao longo da pandemia, a Companhia adotou uma ampla gama de medidas não apenas para ajudar a reduzir a disseminação do COVID-19, mas também para contribuirativamente para melhorar as condições das comunidades onde opera.

De uma perspectiva operacional, a Pandemia causou interrupções parciais entre março e maio de 2020 em nossas operações em San Andres e Aranzazu, conforme detalhado abaixo. A interrupção da produção em San Andrés, particularmente, teve impacto material nos resultados da Companhia no primeiro semestre de 2020.

Ainda assim, de um ponto de vista operacional, a Companhia encontra-se em uma posição estruturalmente mais robusta quando comparada ao mesmo período do ano anterior de 2019. Isto é evidenciado ao comparar os resultados operacionais reportados no primeiro semestre de 2020 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

A Companhia acredita que, até o momento, a crise do COVID-19 traz potencialmente mais impactos positivos do que negativos para suas operações. Do lado positivo, pode-se destacar: (i) valorização preço do ouro; (ii) desvalorizações do Real e do peso mexicano contra o dólar americano; (iii) redução dos custos com diesel e energia; (iv) melhora do custo para se tomar dívida, com redução das taxas de juros; e (v) cenário competitivo mais benigno para aquisição ou aluguel de máquinas e equipamentos. Já em relação aos impactos negativos, a Companhia

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

observa: (a) potenciais restrições operacionais relacionadas a políticas públicas de distanciamento social; e (b) potenciais impactos logísticos de curto prazo, também relacionados a disfunções causadas pelo COVID-19.

Complexo San Andrés em Honduras

As operações de mineração no Complexo San Andres foram interrompidas em 16 de março de 2020 seguindo decreto do governo hondurenho em resposta à pandemia. Neste contexto, a Companhia reduziu sua força de trabalho ao mínimo necessário para manter condições de segurança e meio ambiente das operações e demais atividades essenciais. O governo hondurenho estendeu o decreto anteriormente promulgado até 24 de maio de 2020 até que, em 26 de maio de 2020, obtivemos autorização para retomar integralmente as operações em referida unidade de negócio.

O impacto da suspensão teve efeito material no desempenho da Companhia. No segundo trimestre de 2020 houve uma redução de 38% na produção de ouro em San Andrés em relação ao trimestre anterior e 29% em relação ao mesmo período de 2019 devido à interrupção da produção na maior parte do segundo trimestre de 2020. A produção no segundo trimestre de 2020 teve uma média de apenas 2.945 Onças, enquanto no primeiro trimestre de 2020 foi registrada produção média de 4.788 Onças. Apesar dos desafios operacionais, a Companhia continuou e continua a apoiar a comunidade local, tendo doado alimentos para famílias, remédios e suprimentos médicos para centros de saúde locais, equipamentos de biossegurança para postos de controle de saúde e outras doações de equipamentos de proteção individual para a força policial nacional, repórteres locais e asilos, entre outros. A Companhia também implementou uma série de medidas para garantir condições seguras para seus trabalhadores e restringiu o acesso de indivíduos classificados em grupo de alto risco. Além disso, implementou questionários de saúde e medição de temperatura, quarentena obrigatória para indivíduos classificados em grupo de alto risco e o desenvolvimento de um software de rastreamento que fornecerá informações confiáveis sobre as interações entre os funcionários da mina, chamado “Aura Tracker”.

Complexo Aranzazu no México

Em 31 de março de 2020, o governo mexicano emitiu um decreto exigindo a suspensão de todas as atividades não essenciais nos setores público e privado até 30 de abril de 2020, que teve sua primeira prorrogação até 30 de maio de 2020. No entanto, em 12 de maio de 2020, as atividades de mineração foram consideradas essenciais pelo governo mexicano e, em 27 de maio de 2020, a Companhia obteve autorização para retomada integral das atividades no Complexo Aranzazu.

Durante o período em que a Companhia esteve sujeita ao decreto, o mesmo permitia que as empresas mantivessem atividades críticas que, se interrompidas, poderiam resultar em danos potencialmente irreversíveis que possam colocar em risco sua retomada. Dessa forma, a Companhia suspendeu todas as operações não essenciais no Complexo Aranzazu durante aquele período, mantendo apenas as atividades críticas necessárias para impedir que riscos de segurança e/ou ambientais se materializem e/ou que possam ocorrer danos potencialmente irreversíveis que possam impedir a continuidade de nossas operações.

Apesar dessas restrições operacionais, não houve um impacto material no desempenho operacional ou financeiro da mina até o momento devido ao estoque que a unidade havia acumulado no local.

Além de implementar todas as medidas exigidas pelo decreto governamental, a Companhia também ajudou a implementar medidas junto às autoridades municipais de Concepcion del Oro, como um posto de triagem para todos que entram na cidade, além de contratar força de trabalho local para produzir máscaras faciais adicionais para atividades essenciais. Além disso, a Companhia está ajudando em outras iniciativas projetadas para apoiar a comunidade neste momento difícil, inclusive fornecendo refeições, veículos de transporte, implementando questionários de saúde, facilitando medições de temperatura e o uso de pontos de triagem, contratando pessoal médico adicional e fornecendo kits de teste para o COVID-19. Finalmente,

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

a Companhia está testando periodicamente todos os empregados, incluindo todos os contratados, a fim de reduzir qualquer risco no local da mina.

Complexo EPP (Mina Ernesto/Pau-a-Pique no Brasil)

Não houve interrupções em nossa mina de Ernesto/Pau-a-Pique, pois as autoridades governamentais consideraram a mineração uma indústria essencial no Brasil.

Adicionalmente, a Companhia implementou uma série de iniciativas para reduzir riscos entre seus funcionários na mina, incluindo: a implementação do “Aura Tracker” (software de rastreamento sobre as interações entre os funcionários da mina); redução de sua força de trabalho no local em 20% e permitindo que esse pessoal trabalhe em casa; aumento do número de ônibus transportando funcionários para permitir uma redução de 50% nos assentos; aquisição de kits de teste para o COVID-19 e exigência de uso de máscaras dentro das dependências da Companhia. Além disso, a Companhia estendeu seu trabalho com as comunidades locais e doou máscaras e luvas para a força policial e ao centro de detenção local, além de comprar máscaras de projetos locais que também foram doados e distribuídos a famílias carentes, entre outras iniciativas.

Outros projetos e equipe Corporativa

Até o momento, nossas atividades de exploração nos Projetos Almas e Matupa não sofreram interrupções materiais como resultado da pandemia, e a Companhia continua, com uma equipe otimizada, realizando trabalhos de exploração nessas propriedades, cumprindo todas as regulamentações aplicáveis e tomando todas as medidas necessárias para garantir um ambiente de trabalho seguro para funcionários e contratados.

Com relação à mina do Projeto Gold Road, nos Estados Unidos, a Companhia promoveu o distanciamento social e implementou uma política de trabalho remoto (*home office*) para aqueles que podem realizar seus trabalhos de forma remota. Além disso, a Companhia intensificou serviços de limpeza, implementou a utilização de máscaras em todas as reuniões presenciais, e implementou medidas para impedir que indivíduos de alto risco entrem no local.